



INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Curitiba, PR
Abril de 2018



INTELIGÊNCIA
ESPORTIVA

Fernando Marinho Mezzadri
(Organizador)

Inteligência Esportiva

2ª edição
revista e atualizada

Curitiba, PR
2018

**Ministério do Esporte
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Biológicas
Departamento de Educação Física
Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS)
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas para o Esporte (NEPPE)
Projeto Inteligência Esportiva**

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Andreiko – CRB9/1582

I61 Inteligência esportiva. / Fernando Marinho Mezzadri, (organizador). –
2. ed. rev. e atual. – Curitiba, 2018.
69 p. : il. color.

Projeto de pesquisa do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e
Sociedade da Universidade Federal do Paraná e Secretaria Nacional de
Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

1. Esportes - Administração. 2. Esportes - Brasil. 3. Olimpíadas.
4. Paralimpíadas. I. Mezzadri, Fernando Marinho, org. II. Universidade
Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Departamento de
Educação Física. Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade.
III. Brasil. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte de
Alto Rendimento.

CDD (22. ed.) 796.069

SUMÁRIO



- 6** Apresentação
- 8** Banco de Dados
- 16** Bolsa-Atleta
- 24** Bolsa Atleta Pódio
- 29** Rede Nacional de Treinamento
- 36** Jogos Escolares Brasileiros
- 43** História dos Esportes Olímpicos e Paralímpicos e Memória do Esporte
- 48** A Produção Sobre o Esporte nos Programas de Pós-graduação em Educação Física no Brasil
- 54** Gestão e Governança nas Entidades de Administração do Esporte
- 62** Financiamento, Legislação Esportiva e Georreferenciamento
- 66** Gestão da Informação

APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa Inteligência Esportiva é desenvolvido pelo Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) do Ministério do Esporte. Esse projeto surgiu há cinco anos, com o objetivo de produzir, aglutinar, sistematizar, analisar e difundir informações sobre o esporte de alto rendimento no Brasil e analisar as políticas públicas para o esporte nesta dimensão. Como objetivos específicos, este projeto visa: definir variáveis e indicadores necessários à construção de um banco informacional sobre o esporte de alto rendimento no Brasil (notadamente das modalidades dos programas olímpico e paralímpico) que possibilite a melhoria da política de gestão e o suporte ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento; levantar a história das modalidades esportivas no Brasil; interagir com organizações internacionais que sejam referências sobre informação esportiva; levantar e analisar as produções científicas sobre o esporte olímpico e paralímpico; analisar a efetividade da política de gestão do esporte de alto rendimento; interagir com segmentos dedicados à produção e à disseminação do conhecimento esportivo; organizar um cadastro de entidades dedicadas à produção e à disseminação do conhecimento esportivo; e disponibilizar informações para quem trabalha, estuda, divulga e promove o esporte de alto rendimento brasileiro.

Diferentemente de outras pesquisas na área das políticas públicas para o esporte, o recorte metodológico foi estruturado nos "atletas", nas "entidades esportivas" e nas "modalidades esportivas", invertendo a lógica tradicionalmente utilizada nas pesquisas desta área. Para isso, dividimos o estudo em duas partes. Na primeira, mapeamos todos os projetos e programas realizados pela SNEAR e focamos a pesquisa nos programas *Bolsa-A atleta*, *Bolsa Atleta Pódio*, *Rede Nacional de Treinamento e Jogos Escolares Brasileiros*. Para que pudéssemos fazer a análise destes dados foi desenvolvido um banco de dados com as informações sobre os atletas, entidades e modalidades esportivas. Neste banco, armazenamos informações acerca de 22.700 atletas e 57 mil bolsas dos programas Bolsa-A atleta e Bolsa Atleta Pódio; 55.000 dados relacionados à Rede Nacional de Treinamento; 7.700 pódios relativos aos



Jogos Escolares Brasileiros; e 5.000 entidades esportivas. Na segunda parte, estruturamos a pesquisa em cinco linhas: mapeamento da produção científica sobre o esporte olímpico e paralímpico; história das modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas; disseminação da informação e do conhecimento produzido pelo grupo de pesquisadores do *Projeto Inteligência Esportiva*; gestão e governança nas entidades de administração do esporte; e financiamento, legislação do esporte brasileiro e georreferenciamento das instituições esportivas.

Entendemos a necessidade de continuarmos atualizando o maior banco de dados de atletas, entidades, modalidades esportivas e suas interligações com a produção científica que o Brasil já sistematizou. A atualização constante das informações no banco de dados auxiliará na construção de políticas públicas para o esporte e na gestão das entidades esportivas.

Para finalizar compreendemos que só foi possível o desenvolvimento da pesquisa com o comprometimento incansável dos professores, estudantes de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, dos colaboradores da tecnologia da informação, administrativo e comunicação. Não obstante, é necessário destacar o permanente apoio da UFPR, da Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) e da SNEAR.



BANCO DE DADOS

APRESENTAÇÃO

As pessoas têm grande confiança nas suas percepções, usam experiências passadas para tomar decisões futuras, generalizando uma situação para todas as demais similares – um fenômeno denominado heurística. Trata-se de um processo cognitivo para tomar decisões rápidas, não racionais, que, em geral, ignora grande parte da informação disponível (SILVA, 2009).

A heurística justifica-se por ser um padrão cognitivo adaptado à sobrevivência da espécie, consoante com o comportamento leigo, modo instintivo de agir. A situação torna-se preocupante, quando profissionais depositam crença irrestrita nas suas percepções para tomar decisões técnicas (SILVA, 2009).

Um exemplo relevante deste fenômeno diz respeito à crença da população (e de muitos profissionais da medicina do esporte) na indicação de exames complementares para tomar decisões clínicas (como o diagnóstico de lesão de um atleta). Uma revisão sistemática publicada pela rede Colchrane (KROGSBOLL et al., 2012), envolvendo 14 estudos clínicos e 182.880 sujeitos assintomáticos, evidenciou que exames preventivos (*check-ups*) anuais não reduziram a mortalidade nem a morbidade, mas produziram um aumento de até 20% em diagnósticos imprecisos, os quais levaram a intervenções desnecessárias.

De acordo com as melhores práticas, o profissional deve verificar a existência de evidências com alto grau de recomendação; ou mesmo a ausência destas, para fundamentar suas técnicas ou mudar suas crenças e condutas, respectivamente. Entretanto, a observação sugere que o raciocínio de grande parte dos profissionais é não-bayesiano, haja vista que o modo como conduzem suas reflexões sobre as informações é assimétrico, ou seja, toda informação que não condiz com sua convicção é desconsiderada, independentemente do grau de fundamentação científica (SILVA, 2009).

Para subsidiar os profissionais de diversas áreas sobre a verdade em relação à determinado fenômeno, a ciência avançou de modo significativo em todos os

campos do saber, sem distinção para o do esporte. Trouxe com ela várias atividades relacionadas à formação e ao desenvolvimento do atleta de alto rendimento, como a medicina do esporte, a engenharia de materiais, a biomecânica, fisiologia, fisioterapia, nutrição e, sim, o cientista. Hoje o atleta compartilha seu desempenho com uma enorme equipe de apoio.

Cientistas são profissionais que atuam sistematicamente para a produção do conhecimento com a intenção de melhor compreender os fenômenos, utilizando como ferramenta de trabalho o método científico. Quando o método é aplicado para conhecer fenômenos específicos de utilidade prática, então a ciência recebe a alcunha de aplicada.

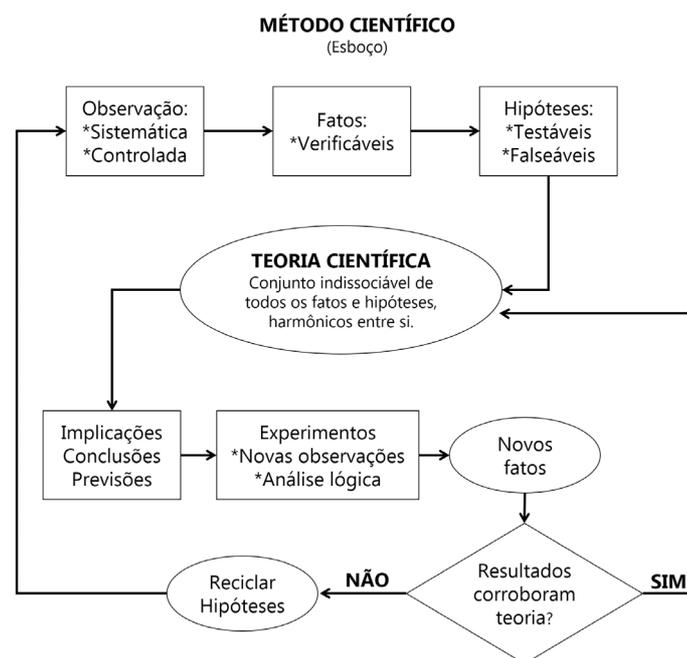
A aplicação do método científico ao esporte de alto rendimento olímpico e paralímpico, atualmente associado às novas ferramentas de computação, permite construir modelos matemáticos para estimar o comportamento de sistemas biomecânicos de próteses, sob condições específicas de esforço e fadiga (massa, energia, elasticidade). O tratamento de dados pode produzir informação estratégica sobre treinamento, descanso, perfil emocional e performance. O resultado objetivo do conhecimento científico reflete-se na recuperação mais rápida de atletas, treinamentos eficientes e individualizados, redução de risco de lesões, análise do comportamento emocional de atletas e planejamento técnico e tático de equipes.

O esporte de alto rendimento, como outras áreas do saber, presencia um avanço da ciência e da computação de dados com a intenção de elevar a eficiência das suas intervenções (treinamentos, tratamentos, recuperação, estratégias) por meio da prática baseada em evidências. Este processo exige atenção à preparação dos profissionais (técnicos e gestores) para o domínio do método científico, uso do raciocínio bayesiano e à compreensão da aplicação de novas tecnologias de computação, além do nível de usuário, ou, ao menos, integrantes capacitados nas equipes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sobre o método científico, pode-se dizer que se trata da ação de planejamento e condução de estudos para investigação das causas e consequências dos fenômenos, por meio da formulação e teste de hipóteses, análise de dados submetidos a testes estatísticos, para, finalmente, proceder inferências lógicas de diferentes ordens, de modo a chegar a resultados passíveis de replicação e confirmação ou negação (SILVA, 2009) (Figura 1).

Figura 1 – As fases do método científico.



O método permite confirmar ou refutar hipóteses, com grau estimado de precisão. No aspecto prático, tomar decisões baseadas apenas na experiência pessoal, em detrimento do levantamento e avaliação crítica da melhor evidência disponível, favorece a perpetuação de práticas estabelecidas nem sempre eficazes. O exercício profissional fundamentado apenas em impressões torna-se duvidoso, pois estas são limitadas e o julgamento, em consequência, será falacioso (SILVA, 2009).

Não obstante, as técnicas científicas são poderosas ferramentas na investigação da verdade. E extrapolar seus resultados para o mundo real do esporte de alto rendimento

apresenta limites, pois a performance de um atleta ou equipe é um problema dinâmico, complexo e indefinido; diferente dos estudos experimentais controlados, realizados em laboratórios.

Num cenário em que técnicos e gestores do esporte nem sempre dispõem de informação suficiente para tomar a melhor decisão, diante de informações parciais ou imprecisas, apenas soluções aproximadas podem ser obtidas – isso significa tomar decisões com incerteza. Desse modo, emerge a necessidade de usar técnicas para trabalhar com a incerteza, tais como o raciocínio lógico (convicção até que uma evidência prove o contrário), lógica nebulosa (informações com diferentes graus de verdade) e o raciocínio probabilístico (combinação entre probabilidade e dedução).

RACIOCÍNIO PROBABILÍSTICO

O resultado da racionalidade do método científico, na investigação dos fenômenos, são as evidências, definidas como os atributos probabilísticos daquilo que se está investigando. O raciocínio probabilístico toma por base o fato de que os profissionais (gestores, técnicos e atletas) convivem com a incerteza para tomar decisões (de gestão, estratégicas e táticas), assim, a probabilidade é um modo de medir tais incertezas. Se na análise de um fenômeno, a aleatoriedade está associada à incerteza, então o espaço amostral define o conjunto de possibilidades dos eventos ocorrerem, podendo ou não haver correlação entre eles.

Thomas Bayes (1702-1761) formulou um teorema capaz de lidar com incertezas e atualizar nossa crença sobre determinado evento, à medida que novas informações são produzidas. Esse teorema é a base de todos os sistemas inteligentes modernos, que utilizam a inferência probabilística (Figura 2).

Figura 2 - Teorema de Bayes

$$P(H | E) = P(E | H) \cdot P(H) / P(E)$$

O foco do teorema é a probabilidade condicional, ou seja, a probabilidade de uma hipótese ser verdadeira, na condição de uma determinada evidência conhecida. Para atualizar as convicções sobre o problema em estudo, *à priori*, o pesquisador precisa conhecer a prevalência (frequência) do fenômeno na população; para então, *à posteriori*, levantar evidências sobre a hipótese em teste. Porém, nem todas as evidências possuem o mesmo grau de certeza.

NÍVEIS DE EVIDÊNCIA APLICADOS AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

O Teorema de Bayes trata da mudança de crenças frente a novas evidências, mas qual tipo de evidência?

Partindo do conceito geral de que *evidente* é aquilo que está claro para todos, este sugere que nem sempre decorre de comprovação ou demonstração. Entretanto, para o cientista, a evidência deve ter sua origem no tratamento do fenômeno pelo método científico, e, de acordo com o rigor metodológico adotado, as evidências podem ser organizadas numa escala de relevância (SILVA, 2009).

As evidências, que embasam as decisões no esporte de alto rendimento, podem apresentar diferentes graus de certeza, dependendo do delineamento metodológico dos estudos desenvolvidos. Os graus de certeza são, então, relacionados ao nível da evidência (NE) e associados ao grau de recomendação (GR), para aplicação das intervenções na prática do esporte (SILVA, 2009) (Tabela 1).

Tabela 1 - Apresentação dos níveis de evidências e seus respectivos graus de recomendação.

Nível	Descrição	Grau	Recomendação
Nível I de Evidência	Estudos experimentais randomizados com magnitude do efeito significativa, poder estatístico e mínimo erro alfa ou revisão sistemática destes estudos.	Grau A de Recomendação	Estudo que oferece evidência conclusiva. Neste caso, é sugerida a aplicação da prática pesquisada, salvo contraindicação específica.
Nível II de Evidência	Estudos experimentais randomizados que não preenchem os critérios do Nível I ou revisões sistemáticas destes estudos ou inferiores.	Grau B de recomendação	Situações em que as evidências são conflitantes sobre a utilidade ou eficácia de certa prática. Esta provavelmente será útil, porém com menor eficiência.
Nível III de Evidência	Estudo caso-controle selecionado de modo aleatório ou coorte com delineamento prospectivo.	Grau C de Recomendação	A força da evidência é favorável a utilidade/ eficácia da prática investigada, entretanto sua fundamentação é frágil. Recomenda-se prudência na indicação desta.
Nível IV de Evidência	Estudo de coorte com delineamento retrospectivo (histórico).	Grau C de Recomendação	
Nível V de Evidência	Estudos transversais de casos e controles ou estudos de prevalência.	Grau C de Recomendação	
Nível VI de Evidência	Estudos de caso, revisões não-sistemáticas da literatura, série de casos, argumentos de autoridade ou consulta a especialistas.	Grau D de Recomendação	Condições para as quais não existem evidências ou consenso de que a prática investigada é útil ou efetiva. Cautela na conduta.

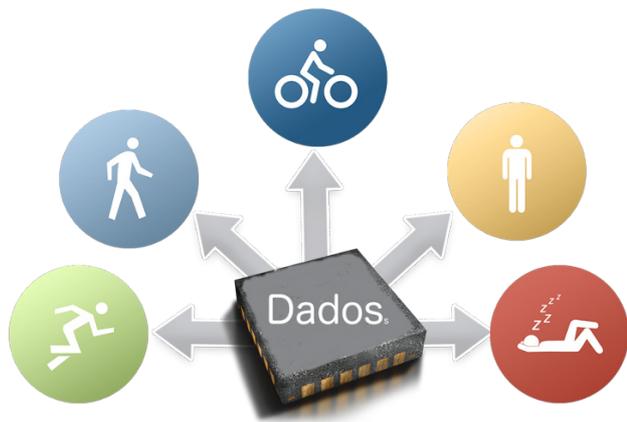
Fonte: adaptado de Silva (2009).

A associação de evidências de alto nível com o poder do raciocínio probabilístico permite tomar decisões racionais, mesmo quando não existem informações suficientes para sustentar qualquer hipótese. Se o raciocínio lógico-dedutivo obtém conclusões, a partir da base ponderada do conhecimento prévio a respeito do problema, então este apresenta vulnerabilidade ao trabalhar com a incerteza (COPPIN, 2012). Nesses casos, o raciocínio probabilístico é adequado para situações onde não se conhece, a princípio, todo o escopo do problema, o que caracteriza grande parte das decisões relacionadas ao campo do esporte.

DATIFICAÇÃO DE ESPORTE

Se o raciocínio baseado em evidências é a estrutura científica para a inferência sobre informações, os dados são os elementos básicos desse processo. Atualmente, a produção de grandes quantidades de dados em tempo real (datificação), por meio do conceito de *Internet das Coisas* (IoT), trouxe à ciência uma nova dimensão, a qual excede a capacidade humana para o tratamento de dados, emergindo a computação científica (Figura 3).

Figura 3 - O conceito de internet das coisas (IoT) extrapola para o esporte.



A IoT é uma nova tecnologia de rápida inclusão no mundo esportivo de competição e recreativo. Originada dos laboratórios do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), no início deste século (XXI), vem transformando o ambiente da pesquisa científica por meio da captação, através de sensores, de parâmetros de saúde e performance. Os dados armazenados podem ser analisados em tempo real, por meio de ferramentas computacionais (RAY, 2015), pois o volume deste é muito superior à capacidade de uso dos técnicos e demais profissionais na área de esporte (SILVA; MALACARNE, 2014).

Neste cenário, as aplicações computadorizadas desempenham importante papel, sendo esta uma das abordagens do *Projeto Inteligência Esportiva*, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site) e, no ambiente de desenvolvimento de tecnologias, mantido pelo Grupo Prática Clínica (www.praticaclinica.com.br).

COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

No aspecto técnico, um computador é uma máquina eletrônica, programável, capaz de armazenar, processar e recuperar dados ou informações. A primeira aplicação da computação no esporte, data da década de 1960, com a

intenção de armazenar informações. Atualmente, a computação científica é considerada a terceira via para obter conhecimento, além da teoria e da experimentação, por meio da simulação quantitativa dos modelos matemáticos.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

No ano de 2018, o *Projeto Inteligência Esportiva* (UFPR) concluiu sua primeira fase com o desenvolvimento de um banco de dados (*big data*), com mais de 50 mil atletas e, aproximadamente, 5 mil instituições cadastradas; perfazendo mais de 3 milhões de dados e, portanto, oferecendo uma visão plena do esporte de alto rendimento no país por meio do cruzamento de dados e emissão de relatórios e mapas em diversos formatos (Figura 4).

Figura 4 - Mapa das instituições esportivas no território nacional, a partir do sistema Inteligência Esportiva.

Instituições no Mapa

Nº de instituições que cadastradas no sistema: 4981

Nº de instituições com endereço completo e que estão no mapa abaixo: 1024



Para que os objetivos científicos e de cidadania (transparência) do *Projeto Inteligência Esportiva* pudessem alcançar a sociedade, foi desenvolvida uma página na rede mundial de computadores (www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/), de acesso irrestrito, com a publicação da produção científica dos integrantes do Projeto e uma ferramenta de pesquisa para acesso ao banco de dados *Inteligência Esportiva* (Figura 5).

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

[SOBRE](#) | [EQUIPE](#) | [PRODUÇÃO](#) | [RELATÓRIOS](#)

O BRASIL NO CAMINHO CERTO

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
Artigos, teses e dissertações [Clique aqui](#)

RELATÓRIOS
Acesse aqui os dados do projeto Inteligência Esportiva [Clique aqui](#)

A tecnologia desenvolvida também trouxe mudanças no aspecto metodológico dos estudos produzidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em particular, no conceito de amostragem e no seu contraefeito de margem de erro, pois, a partir desta, as análises poderão ser realizadas sobre 100% dos dados levantados.

A tecnologia *big data* traz oportunidades para o sistema de esporte nos aspectos de competição, organização e gestão, quando passa a reger as decisões baseadas em dados, pois atletas e técnicos podem elaborar métodos eficientes para basear os processos de estratégia e treinamento. De modo oposto, equipes sem acesso aos níveis elevados de ciência e tecnologia tendem a ser menos competitivas. Esta questão motiva a publicação dos dados para acesso equitativo de todos os agentes do esporte no país (SILVA; MALACARNE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase atual do *Projeto Inteligência Esportiva*, iniciada em 2018, conta com a parceria da associação sem fins lucrativos *Sou do Esporte* (www.soudoesporte.com.br) e avança no âmbito da gestão dos recursos (governança), empenhados pelas entidades de administração do esporte.

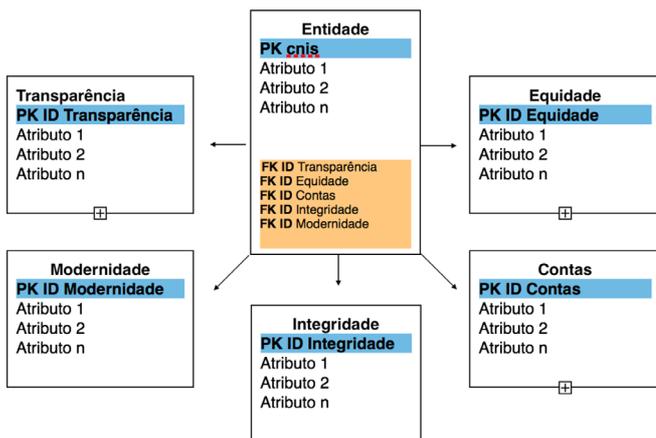
Parte-se do entendimento de que o modelo de estrutura (configuração administrativa) e organização (políticas para gestão dos recursos) são fatores contribuintes para o desenvolvimento do esporte de elite do país, além da preparação técnica e de treinamento específica (TRUYENS; DE BOSSCHER, 2016).

Com base no entendimento do Banco Mundial, "Governança é o modo pelo qual o

poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos, visando o desenvolvimento e a capacidade dos administradores em planejar políticas e cumprir funções”.

A infraestrutura do novo sistema computacional, para quantificação da governança, baseia-se na avaliação de cinco dimensões: transparência, equidade, contas, integridade e modernização. Para cada dimensão, diversos itens são auditados, gerando o cálculo da eficiência de cada entidade esportiva (clubes, confederações) na gestão dos recursos (Figura 6).

Figura 6 - Página de entrada de dados para análise da governança das instituições esportivas.



Os dados coletados no processo de auditoria são armazenados no banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva (big data)*, permitindo recuperação e consulta por gestores e interessados (Figura 7).

Figura 7 - Estrutura simplificada do modelo entidade-relacionamento (MER) do banco de dados do sistema de governança.

Administrativo INTELIGÊNCIA ESPORTIVA Bem-vindo, Administrador | Minha Conta | Sair

HOME ATLETAS EVENTOS INSTITUIÇÕES RELATÓRIOS OUTROS CADASTROS ADMINISTRATIVO

Transparência Equidade Contas Integridade Modernização

Ano: Pesquisador:

1. TRANSPARÊNCIA	10	Resumo	Máximo	Evidência	Comentário
1.1.Publicação de documentos financeiros	10	10			
1.1.1 Publica balanço	Sim	Não		Upload documento	Campo texto
1.1.2 Publica balancete	Sim	Não		Upload documento	Campo texto
1.1.3 Obrigação de publicação	Sim	Não		Upload documento	Campo texto
1.1.4 Publicação auditores	Sim	Não		Upload documento	Campo texto

Com o processo de estruturação dos dados, este passa a ser mais um ativo organizacional para os gestores do esporte, proporcionado pelo *Projeto Inteligência Esportiva*. A qualidade dos dados é assegurada pelo processo de auditoria (*Associação Sou do Esporte*), a qual envolve a inspeção de documentos num processo de amostragem.

Considerando que o desempenho esportivo no atual cenário competitivo resulta do trabalho multidisciplinar e do emprego da ciência e tecnologia (modelos matemáticos, estatística, computação), a infra-estrutura tecnológica do *Projeto Inteligência Esportiva* está adequada à inclusão de futuras linhas de pesquisa considerando o fenômeno de datificação do esporte (registro eletrônico dos eventos em grande escala), pois permite que indicadores físicos ou biológicos sejam armazenados e recuperados para análise.

Considerando que o esporte é um sistema complexo, dinâmico e indefinido – um sistema com grande número de variáveis, no qual não se conhece necessariamente a inter-relação destas, devido à emergência de novos comportamentos não triviais no tempo) –, as técnicas computacionais permitem identificar padrões em grandes quantidades de dados, além da capacidade humana, revelando comportamentos de cooperação e competitividade entre atletas.

A fronteira atual da ciência e da tecnologia aplicada ao esporte de alto rendimento é dar suporte para a tomada de decisões dos agentes esportivos (técnicos, gestores e atletas), por meio da utilização de dados espaço-temporais em larga escala, para a individualização de estratégias de treinamento de atletas e equipes, aperfeiçoar estratégias de treino e oferecer organização e transparência às organizações (MORGAN, 2016; SILVA; MALACARNE, 2014).



REFERÊNCIAS

COPPIN, B. **Inteligência Artificial**. Trad.: Valério, J. D. P.. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

KROGSBOLL, L. T. *et al.* **General Health Checks in Adults for Reducing Morbidity and Mortality From Disease**. Cochrane Database Syst Rev. 2012.

MORGAN, S. Computer Science in Sport - Research and Practice: A Book Review. **International Journal of Computer Science in Sport**. 15(1), 2016.

RAY, P. P.; **Internet of Things for Sports (IoTSport)**: An Architectural Framework for Sports and Recreational Activity. IEEE. 2015.

SILVA, A. S. **Prática Clínica Baseada em Evidências**. São Paulo: Santos, 2009.

SILVA, A. S; MALACARNE, G. B. **Empreendedorismo**. Amazon, 2014.

TRUYENS, J.; DE BOSSCHER, V. An Analysis of Countries Organizational Resources, Capacities, and Resources Configurations in Athletics. **Journal of Sport Management**. 30:566-85, 2016.



BOLSA-ATLETA

APRESENTAÇÃO

O programa Bolsa-Atleta, promulgado pela Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, surgiu com o objetivo de subsidiar financeiramente os atletas brasileiros, criando condições para que eles se dedicassem integralmente aos treinamentos, mantendo os níveis de competitividade (BRASIL, 2003; CAMARGO, 2016).

A relevância do programa no contexto esportivo nacional é inegável, pois, historicamente, o papel do setor público no financiamento ao esporte brasileiro sempre foi marcado pela expressividade (MEZZADRI; SILVA, 2014). No contexto paralímpico, essa realidade é acentuada, uma vez que este possui um potencial de atração financeira ainda mais reduzido, quando comparado ao esporte olímpico (REIS *et al.*, 2015).

Observando a expressividade do programa no contexto esportivo brasileiro, o objetivo deste estudo é apresentar as características da distribuição do benefício durante o período de – 2005 – ano de concessão das primeiras bolsas – até 2017.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As fontes de pesquisa foram as listagens de atletas que obtiveram o benefício, entre os anos de 2005 e 2017. Tais listas foram fornecidas pelo Ministério do Esporte. Após a catalogação dos dados, partiu-se para o esboço do tratamento estatístico. Os dados foram transpostos para um banco de dados (domínio *online* – <<http://praticaclinica.com.br/ie/admin>>), o qual possui, sem contabilizar os bolsistas da categoria Pódio, o total de 57.271 bolsas e 22.759 atletas. Os 303 esportistas que, a partir de 2013 passaram a receber o benefício na categoria Pódio, somaram 932 bolsas.

A fim de organizar os dados catalogados, foi necessária a estruturação das informações em uma matriz, contemplando os seguintes elementos: (1) refere-se à modalidade esportiva; (2) contém o nome do atleta; (3) cita o nível da bolsa pertencente; (4) relativa à cidade; (5) dispõe as unidades federativas; (6) informa o sexo do atleta; (7) compreende a região; (8) inclui o ano de concessão; (9) abarca o escopo de



valores para cada bolsa; (10) relativa à instituição no qual o atleta está vinculado.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Para o início do esforço proposto na presente pesquisa, apresentamos abaixo a quantidade de bolsas distribuídas durante o período de 2005 a 2017.

Tabela 2 - Distribuição de bolsas por ano.

Ano	Total de Bolsas
2005	930
2006	840
2007	2.158
2008	3.256
2009	2.898
2010	3.623
2011	4.805
2012	5.517
2013	6.197
2014	7.140
2015	7.041
2016	7.036
2017	5.830
Total	57.271

Ao analisarmos os dados apresentados pela Tabela 2, verificamos um aumento gradual do número de bolsas destinadas aos atletas, mesmo com algumas variações, como é o caso de 2005 para 2006 e de 2008 para 2009. Porém, como pode ser visto, ocorre um considerável aumento dos números de 2005, quando o programa distribuiu 930 bolsas; e em 2015, quando foram concedidas 7.041 bolsas – diferença que corresponde a um aumento de mais de 770%. É preciso ressaltar que, a partir de 2015, houve uma redução dos números totais de bolsas concedidas, com maior índice de redução para o ano de 2017.

Durante os 12 anos de programa Bolsa-Atleta, foram distribuídas 57.271 bolsas. Esse número foi dividido entre esportes olímpicos,

paralímpicos, não olímpicos e olímpicos de inverno, como apresenta a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de bolsas por tipos de esporte.

Esporte	Total de Bolsas	% de Bolsas
Olímpico	36.185	63,18%
Paralímpico	11.747	20,51%
Não Olímpico	8.208	14,33%
Não Paralímpico	663	1,16%
Olímpico de Inverno	463	0,81%
Paralímpico de Inverno	5	0,01%

Como pode ser visto na acima, os esportes olímpicos receberam a maior parte dos benefícios distribuídos, sendo 36.185 bolsas durante o período. Isso corresponde a 63,18% do total. Em seguida, aparecem os esportes paralímpicos, com 11.747 bolsas (20,51%). Com números bem inferiores, aparecem os esportes não olímpicos, os olímpicos de inverno, os não paralímpicos e os paralímpicos de inverno que receberam, respectivamente, 8.208 (14,33%), 663 (1,16%), 463 (0,81%) e cinco (0,01%) das bolsas distribuídas.

No que se refere às modalidades olímpicas, contabiliza-se um número de 39 modalidades que receberam bolsas do programa.

Das modalidades olímpicas contempladas pelo programa, destacam-se: atletismo (3.961), handebol (2.575), judô (2.281) e natação (2.225), que podem ser consideradas modalidades tradicionais. A única exceção é a canoagem, que não é um esporte de tradição no Brasil e apresenta um grande número de benefícios. Contudo, nos últimos anos, começou a se destacar nas competições internacionais, culminado com a conquista de três medalhas nos Jogos Olímpicos de 2016, com os atletas Izaquias Queiroz e Erlon de Souza. Na outra ponta da Tabela, surgem as modalidades com o menor número de bolsas: maratona aquática (128), canoagem slalom (111) e luta greco-romana (71).

Gráfico 1 - Distribuição de bolsas entre os esportes olímpicos de verão.

Bolsas nos Esportes Olímpicos

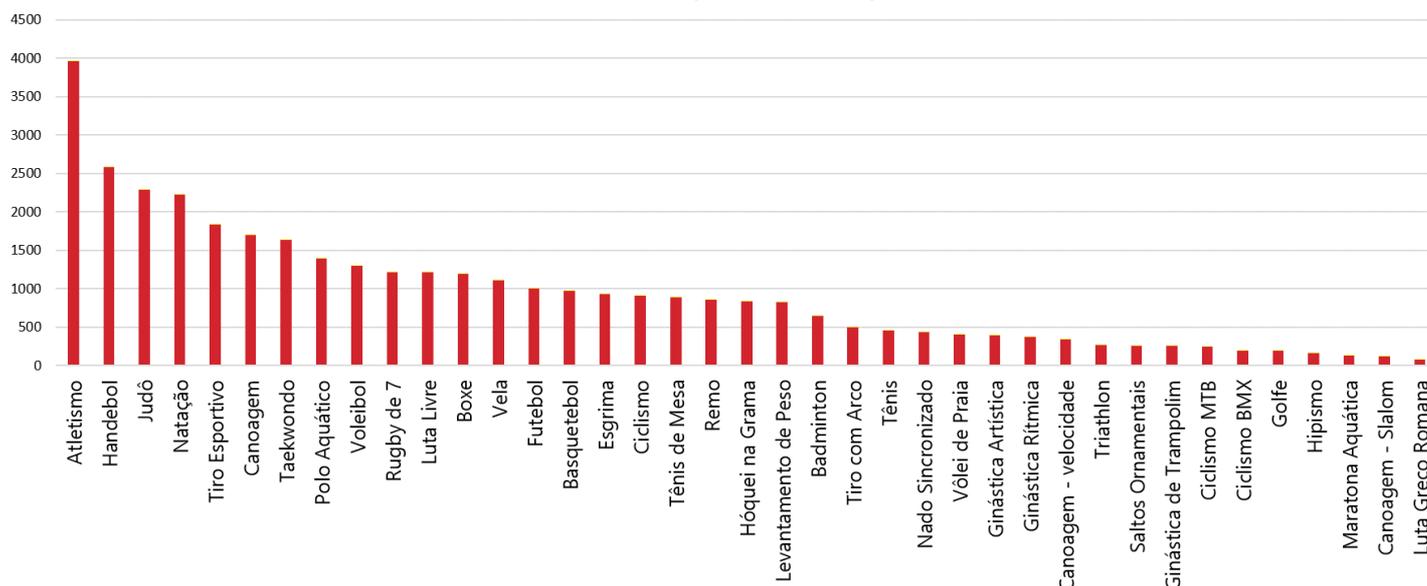
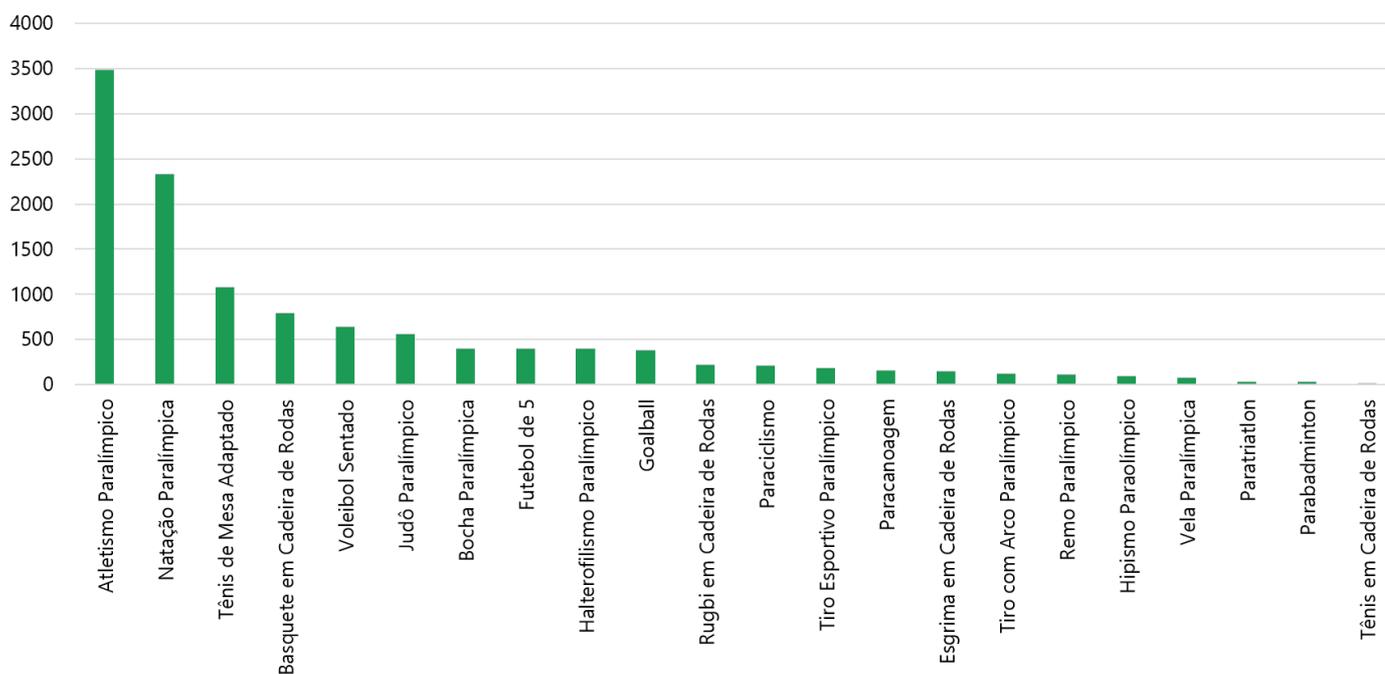


Gráfico 2 - Distribuição de bolsas entre os esportes paralímpicos de verão.

Bolsas nos Esportes Paralímpicos



Em relação ao esporte paralímpico, são 22 as modalidades em que os atletas receberam concessões do programa.

De acordo com o Gráfico 2, os esportes paralímpicos que mais obtiveram apoio financeiro, por meio do Bolsa-A atleta, foram: atletismo, com 3.478 bolsas distribuídas; natação

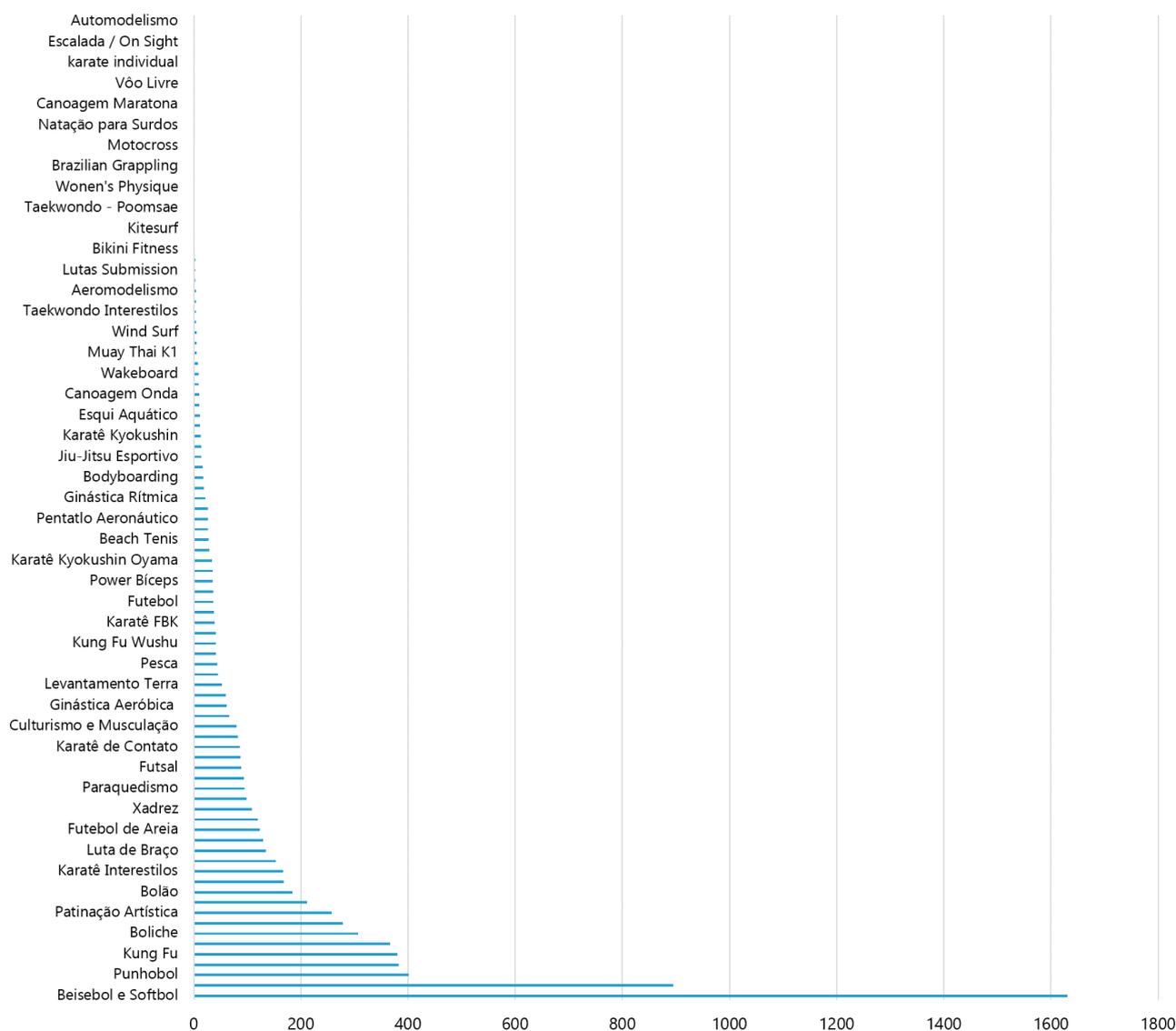
(2.326); tênis de mesa (1.075); basquetebol em cadeira de rodas (784); e voleibol sentado (635). Estas também são modalidades mais tradicionais do esporte paralímpico brasileiro. Com o menor número de bolsas, aparecem as modalidades de paratriatlon (30), parabadminton (24) e tênis em cadeira de rodas (11).

A seguir, apresentam-se as modalidades beneficiadas pelo programa, mas que, atualmente, não constam no quadro de modalidades olímpicas. Nesse tipo de modalidade, aparecem

95 esportes que obtiveram bolsas, durante o período de 2005 a 2017. No Gráfico abaixo, estão representadas algumas dessas modalidades.

Gráfico 3 - Distribuição de bolsas entre os esportes não olímpicos.

Bolsas nos esportes não olímpicos



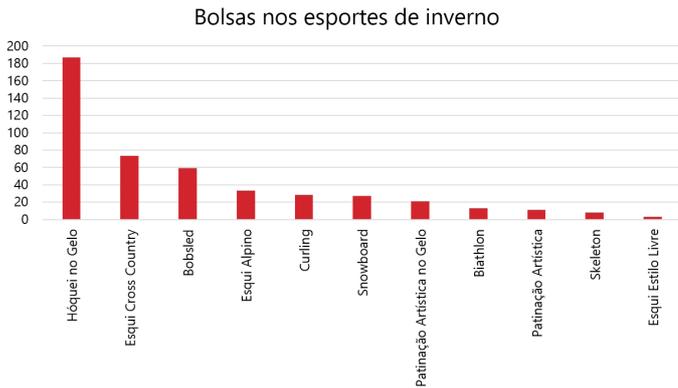
No quadro de modalidades não olímpicas, aparecem as seguintes modalidades em destaque, com o maior número de bolsas recebidas por meio do programa: beisebol e softbol (1.631); karatê (895); punhobol (401). A primeira colocação do beisebol e softbol não é de estranhar, visto que a modalidade fez parte do quadro dos esportes olímpicos até os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, e retornará nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020. O caso do karatê se dá pelo fato de ser uma modalidade estabelecida – em

termos de resultados – no país, apresentando um grande número de conquistas nos Jogos Pan-Americanos, Campeonatos Mundiais e também estará presente nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020.

Com o menor número de bolsas, aparecem sete modalidades que conseguiram apenas uma bolsa durante o período. São elas: sumô; atletismo não olímpico; luta livre; automobilismo; balonismo; e capoeira.

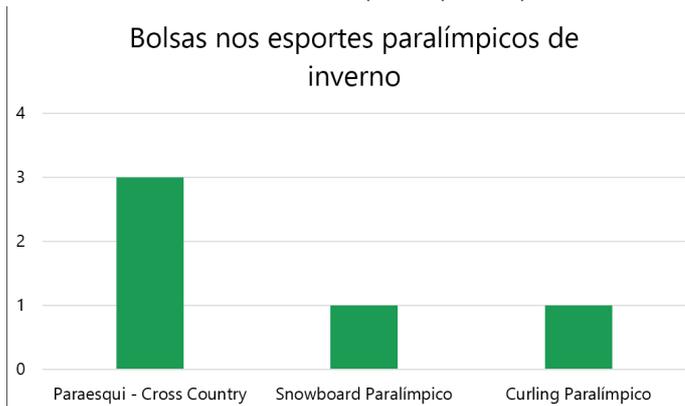
Outros esportes que receberam apoio por meio do programa foram as modalidades de inverno.

Gráfico 4 - Distribuição de bolsas entre os esportes de inverno.



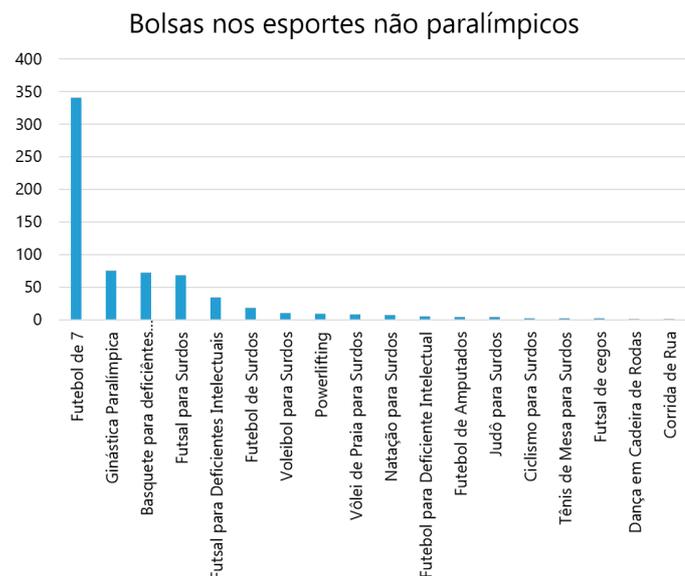
No âmbito do Bolsa-Atleta, essas modalidades paralímpicas de inverno são recentes e tiveram seu beneficiamento iniciado no ano de 2016.

Gráfico 5 - Distribuição de bolsas nos esportes paralímpicos de inverno.



Por fim, tem-se as modalidades não paralímpicas, conforme pode ser visualizado no Gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Distribuição de bolsas nos esportes não paralímpicos.

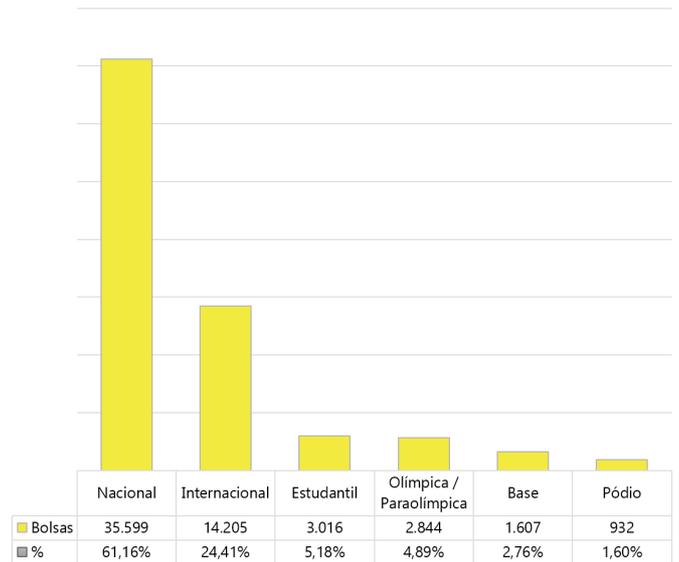


Entre as modalidades não paralímpicas, destaque para o futebol de 7 (340), que acaba de sair do programa paralímpico e apresenta números relevantemente superiores às demais modalidades. Aparecem, ainda, a ginástica para deficientes intelectuais (75), o basquete para deficientes intelectuais (72) e o futsal para surdos (68). Com apenas uma bolsa, aparece dança em cadeira de rodas e a corrida de rua para surdos.

As bolsas distribuídas pelo programa estão divididas em seis categorias distintas, de acordo com o nível de performance em que o atleta se encontra – sendo elas Nacional, Internacional, Olímpica/Paraolímpica¹, Estudantil, Base e Pódio.

Gráfico 7- Distribuição por categoria de bolsa.

Distribuição por categoria



Como aponta o Gráfico 7, a categoria que distribuiu o maior número de bolsas foi a Nacional, com 35.599 (61,84%) benefícios. O nível Internacional contabilizou 14.205 (24,41%). Com 3.016 (5,18%) concessões, aparecem a Estudantil, seguida pelas Olímpicas/Paraolímpicas e Base, com 2.844 (4,89%) e 1.607 (2,76%) bolsas distribuídas, respectivamente. Fechando a lista, a categoria pódio ofertou 932 (1,60%) benefícios. Nota-se que o programa vem privilegiando os

¹ É importante destacar que, embora se utilize do termo "paralímpico" ao longo desta revista, no que se refere à categoria de Bolsa-Atleta, o termo cunhado em lei é "paraolímpico" – daí o uso de tal palavra, também no Gráfico.



níveis intermediários de desempenho, deixando os níveis de formação e os mais elevados com um menor número de concessões.

No que tange a distribuição de bolsas por sexo, observa-se uma tendência para o sexo masculino. Como apresentado pela Tabela 4, dos 57.271 benefícios concedidos pelo programa, 60,26% foram destinados a atletas do sexo masculino. Já o sexo feminino recebeu 39,74%. Tais números mostram que o esporte no Brasil ainda é um território masculinizado.

A literatura que versa sobre as relações entre esporte e sexo ainda aponta a existência de uma margem de apropriação desigual entre mulheres e homens, em especial em modalidades coletivas (HARTMANN-TEWS; PFISTER, 2003). Isso acaba por se refletir nas competições de alta performance, observadas sobretudo nas características de distribuição entre os sexos nos Jogos Olímpicos de Verão (CAPRANICA *et al.*, 2013).

Tabela 4 - Distribuição de bolsas por sexo.

Sexo	% de Bolsas
Homens	60,26%
Mulheres	39,74%

Ao detalhar a distribuição das bolsas por sexo, com base nas modalidades contempladas pelas bolsas, observa-se que os atletas do sexo masculino receberam um maior número de bolsas em todas as categorias, como apresentado pela Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição de bolsas por tipo de esporte e por sexo.

Esporte	% Homens	% Mulheres
Olímpico	56,86%	43,14%
Paralímpico	66,84%	33,16%
Não Olímpico	62,69%	37,31%
Não Paralímpico	86,86%	13,14%
Olímpico de Inverno	76,89%	23,11%
Paralímpico de Inverno	100,00%	0,00%

A maior disparidade entre os sexos é encontrada nas modalidades não paralímpicas, em que 86,86% bolsas foram destinadas a atletas homens, enquanto 13,14% para as atletas do sexo feminino. As bolsas do esporte paralímpico foram distribuídas em 66,84% e 33,16% em prol do esporte masculino. A menor disparidade na proporção de bolsas entre os sexos foi nas modalidades olímpicas, em que 56,86% bolsas foram distribuídas para os homens e 43,14% para as mulheres.

Em um recorte dos dados, com atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas, abordando questões relativas à idade dos atletas beneficiados, foi possível identificar as médias de idade para cada categoria do programa.

Tabela 6 - Média etária por nível de bolsa.

Categoria	Min.	Méd.	Máx.
Base	14	16	20
Estudantil	14	17	41 ²
Internacional	14	25	71
Nacional	14	26	73
Olímpica	17	31	65

Com exceção de algumas modalidades como as ginásticas, a natação e os saltos ornamentais, em que o pico da idade de performance esportiva pode ocorrer a partir dos 14 (LONGO *et al.*, 2016), nas demais modalidades isso se inicia aos 17 anos. No contexto do programa Bolsa-Atleta, ao considerar como atletas de alta performance aqueles inseridos nas categorias de bolsa Internacional e Olímpica, a idade mínima para início do pico de performance foi de 17 anos na categoria Olímpica/Paraolímpica e de 14 anos na categoria Internacional.

Em relação à idade máxima de performance, excluindo-se a ginástica rítmica e o ciclismo BMX – em que estudos apontaram que a idade máxima de pico de performance entre atletas olímpicos não ultrapassou os 26 anos –, nas

² Convém destacar que a idade máxima para os atletas beneficiados na categoria Estudantil foi de 41 anos, e pode estar associado ao vínculo do atleta ao Ensino Superior e sua participação em eventos esportivos universitários.

demais modalidades, as idades máximas variaram entre os 30 e os 50 anos (LONGO *et al.*, 2016). No contexto do Bolsa-Atleta, a idade máxima de performance identificada para atletas beneficiados pelas categorias, que envolvem competições internacionais – Olímpica e Internacional –, foi de 65 e 85 anos, respectivamente.

A partir da correlação entre as médias de idade (=16 anos) de beneficiamento nas categorias de formação – categoria Base e Estudantil –, com as médias de idade de beneficiamento dos atletas nas categorias de alta performance – Internacional e Olímpica –, identificou-se o resultado médio correspondente ao período de 10 anos. Esse valor, em anos, foi concordante com os dados de Tilinger *et al.* (2005) e Longo *et al.* (2016), em que apontaram o período de 10 anos como o tempo médio de treinamento/especialização necessário para alcançar o sucesso esportivo.

Por fim, ainda no que se refere à discussão referente às características etárias dos atletas, ao dividi-los em categorias de idade (categoria 1 -15 a 25; categoria 2 – 26 a 35; categoria 3 – 36 a 45; e categoria 4 – acima de 45), foi possível identificar que, embora o maior número de atletas beneficiados esteja concentrado na categoria entre 15 e 25 anos, o maior número de recursos financeiros foi direcionado, de forma estatisticamente semelhante, aos grupos de atletas inseridos nas categorias 2 (entre 26 e 35) e 3 (36 a 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta análise, indica-se que o Bolsa-Atleta significa um avanço inegável ao esporte brasileiro, pois foi a primeira política federal a beneficiar financeiramente o atleta de maneira direta, e não somente as instituições que organizam e/ou controlam as modalidades. Outro ponto importante é que o programa cresceu de forma considerável, ao longo destes 12 anos de existência, incorporando a cada ano um número maior de atletas.

Como pode ser visto, o esporte paralímpico (em menor escala), os esportes de inverno e as

modalidades não olímpicas/paralímpicas, não possuem o mesmo número de bolsas do olímpico. Tal fato destaca a centralidade do programa nos atletas que competem em modalidades olímpicas e paralímpicas, demonstrando que o governo federal tem centrado suas ações políticas na melhoria do desempenho nos esportes que compõem o quadro dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Esta análise ratifica uma abrangência majorada do Bolsa-Atleta em modalidades tradicionais com um grande número de provas, como o atletismo, canoagem e judô, no esporte olímpico; atletismo, natação, tênis de mesa e basquetebol de cadeira de rodas, no esporte paralímpico; futebol de 7, beisebol e softbol e karatê, nos esportes não-olímpicos; e hóquei no gelo, nas modalidades de inverno.

O programa também acaba beneficiando as categorias intermediárias de bolsas, asseverando o foco do programa nos níveis medianos de rendimento (leia-se categorias Nacional e Internacional) e prioridade em investir em atletas que vêm apresentando resultados satisfatórios no cenário nacional e internacional. Embora o investimento na formação esteja sendo realizado em menor escala, é preciso destacar que, nos termos da lei (BRASIL, 2011), está prevista a prioridade de beneficiamento em atletas que competem no alto rendimento.

É necessário apontar, ainda, que os dados ratificam a existência de uma margem relevantemente desigual na apropriação feminina no esporte, como já apontado pela literatura (CAPRANICA *et al.*, 2013). Ainda que nas modalidades olímpicas essa disparidade percentual seja menor, a diferença de apropriação é asseverada pelo alto índice percentual de superioridade de homens bolsistas em relação às mulheres nos demais esportes. Entre as modalidades olímpicas, os dados percentuais de distribuição por sexo apontaram similaridade com os dados publicados pelo Comitê Olímpico Internacional (IOC, 2016), que apontaram uma média percentual de participação feminina de 44,35% entre as edições olímpicas de 2004 e



2016, indicando um crescimento gradativo ao longo das edições. Esse valor também se aproxima dos dados publicados no relatório nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2015, apontando que o percentual de participação feminina no esporte brasileiro é de 46,1% (IBGE, 2017).

Por fim, no que se refere às questões de idade dos atletas beneficiados pelo programa Bolsa-Atleta, os dados destes correspondem aos padrões previstos pela ciência do esporte, tanto no que diz respeito às idades mínimas de beneficiamento, quanto às médias de pico de idade de performance, ratificando, assim, a importância do programa como política de financiamento no cenário esportivo nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF, Brasil: 02 de abril, 2003. v. 1.

BRASIL. **Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art3>.

CAMARGO, P. R. De. **O desenvolvimento do handebol brasileiro a partir das políticas públicas do governo federal: da iniciação ao alto rendimento**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - UFPR, [s. l.], 2016.

CAPRANICA, L. *et al.* The gender gap in sport performance: Equity influences equality. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 99–103, 2013.

HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. **Sport and Women: Social issues in international perspective**. London: Routledge, 2003.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>

www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/espacos_rurais_e_urbanos/default.shtm>

IOC. Factsheet: Women in the Olympic Movement. **International olympic committee**, [s. l.], n. January, p. 1–5, 2016.

LONGO, A. F. *et al.* Age of peak performance in Olympic sports: A comparative research among disciplines. **Journal of Human Sport and Exercise**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 31–41, 2016.

MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. E. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: Uma abordagem de Pesquisa Mista. In: MEZZADRI, F. M. (Org.). **Políticas Públicas e Esporte**. São Paulo: Fontoura, 2014.

REIS, R. E. *et al.* Dez anos do Programa Federal “Bolsa-Atleta”: uma descrição das modalidades paralímpicas (2005-2014). **Pensar em Movimento: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, [s. l.], v. 13, n. Dm, p. 1–15, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/pem/article/view/20343>>.

TILINGER, P.; KOVÁŘ, K.; HLAVATÁ, P. A study on the dynamic progress of performances of prominent world-class athletes in selected track-and-field events. **Kinesiology**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 92–98, 2005.



BOLSA ATLETA PÓDIO

APRESENTAÇÃO

O programa Bolsa Atleta Pódio foi instituído pela Lei nº 12.395, em 16 de março de 2011. A Bolsa Atleta Pódio é uma categoria do programa Bolsa-Atleta. O atleta pode concorrer anualmente ao edital público. Para ser contemplado, o esportista deverá atender os critérios de entrada ou de manutenção específicos para cada grupo de valor de bolsa. Após atender aos critérios e ter indicação da confederação esportiva da sua modalidade esportiva, em conjunto com o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e/ou pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o atleta deverá enviar o seu Plano Esportivo para análise dos membros do COB ou CPB, da Confederação e do Ministério do Esporte. Após aprovação em todas as etapas, o contemplado tem seu nome publicado no Diário Oficial da União.

Figura 8 - Critérios de entrada e manutenção do valor da bolsa no Programa Atleta Pódio.

Grupo 1 R\$ 15.000,00	1º, 2º. ou 3º. colocado - <i>Ranking</i> Internacional ou <i>ranking</i> olímpico em 2017; Medalista Ouro, Prata ou Bronze nos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos Rio 2016; Medalista - Ouro, Prata ou Bronze Campeonatos Mundiais ou em Competições equivalentes.
Grupo 2 R\$ 11.000,00	Entre 4º. e 8º. colocado - <i>Ranking</i> Internacional ou <i>ranking</i> olímpico em 2017; Entre 4ª. e 8ª. posição nos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos Rio 2016; Entre 4ª. e 8ª. posição em Campeonatos Mundiais ou em Competições equivalentes
Grupo 3 R\$ 8.000,00	Entre 9º. e 16º. colocado - <i>Ranking</i> Internacional ou <i>ranking</i> olímpico em 2017; Entre 9ª. e 16ª. posição nos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos Rio 2016; Entre 9ª. e 16ª. posição em Campeonatos Mundiais ou em Competições equivalentes
Grupo 4 R\$ 5.000,00	Entre 17º. e 20º. colocado - <i>Ranking</i> Internacional ou <i>ranking</i> olímpico em 2017; Entre 17ª. e 20ª. posição nos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos Rio 2016; Entre 17ª. e 20ª. posição em Campeonatos Mundiais ou em Competições equivalentes

Fonte: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta-podio>>³.

³ Os critérios para análise de resultados em competições mundiais têm como referência a competição mais recente – com prioridade para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – para determinar o valor da bolsa. Havendo mais de um resultado, dentre os critérios, considera-se o de melhor colocação; o *ranking* considerado será sempre o da modalidade, classe, peso e/ou prova pleiteada pelo atleta, na data do protocolo ou da postagem do Plano Esportivo em análise; em caso de mudança ou alteração da modalidade, classe, peso e/ou prova pleiteada, haverá reavaliação, pelo Grupo de Trabalho, considerando o atual *ranking*.

Em 2017, iniciou-se um novo ciclo olímpico e o Ministério do Esporte, através da portaria nº 157, de 25 de maio de 2017, contemplou 91 atletas de modalidades olímpicas e 92 atletas de modalidades paralímpicas; com base na portaria nº 181, de 9 de junho de 2017, foram contemplados 18 atletas de modalidades olímpicas e 38 de paralímpicas; a portaria nº 280, de 5 de outubro de 2017, contemplou 25 atletas de modalidades olímpicas e 27 de paralímpicas; e a portaria nº 345, de 19 de dezembro de 2017, contemplou 6 atletas de modalidades olímpicas e seis de paralímpicas, totalizando 303 atletas – sendo 140 olímpicos e 163 paralímpicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base documental é composta pelos relatórios e planos esportivos, disponibilizados pelo Ministério do Esporte, bem como as portarias com a listagem dos atletas e respectivas modalidades, publicadas no Diário Oficial da União. O cadastramento no banco de dados do projeto *Inteligência Esportiva* configura-se pelos campos a seguir:

- **Dados gerais:** são inseridas as informações pessoais do atleta beneficiado, como nome; modalidade; data de nascimento; CPF; e-mail e

telefone; sexo; altura; peso; cidade natal; estado; região; tipo de bolsa (olímpica/paralímpica/outra).

- **Bolsa:** neste campo são inseridas todas as informações relativas às bolsas já concedidas ao atleta até a presente data, detalhando o tipo de bolsa, o valor mensal e o valor anual recebido pelo esportista beneficiado.

- **Histórico:** são inseridas todas as informações referentes às competições de que o atleta participou, desde o ano de 2010 até a presente data. As informações referem-se ao tipo de competição, prova em que o atleta participou e resultado obtido.

- **Instituição:** são inseridos os dados relativos ao pertencimento à instituição, seja pública ou privada, bem como a situação do atleta perante a confederação de sua modalidade.

- **Financiamento:** neste campo estão descritas as fontes de financiamento externas ao Programa Atleta Pódio, informadas pelo atleta no seu Plano Esportivo.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Os Gráficos abaixo apresentam a quantidade de bolsas por atletas/modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas, em 2017.

Gráfico 8 - Distribuição da Bolsa Atleta Pódio por atletas/modalidades esportivas olímpicas em 2017.

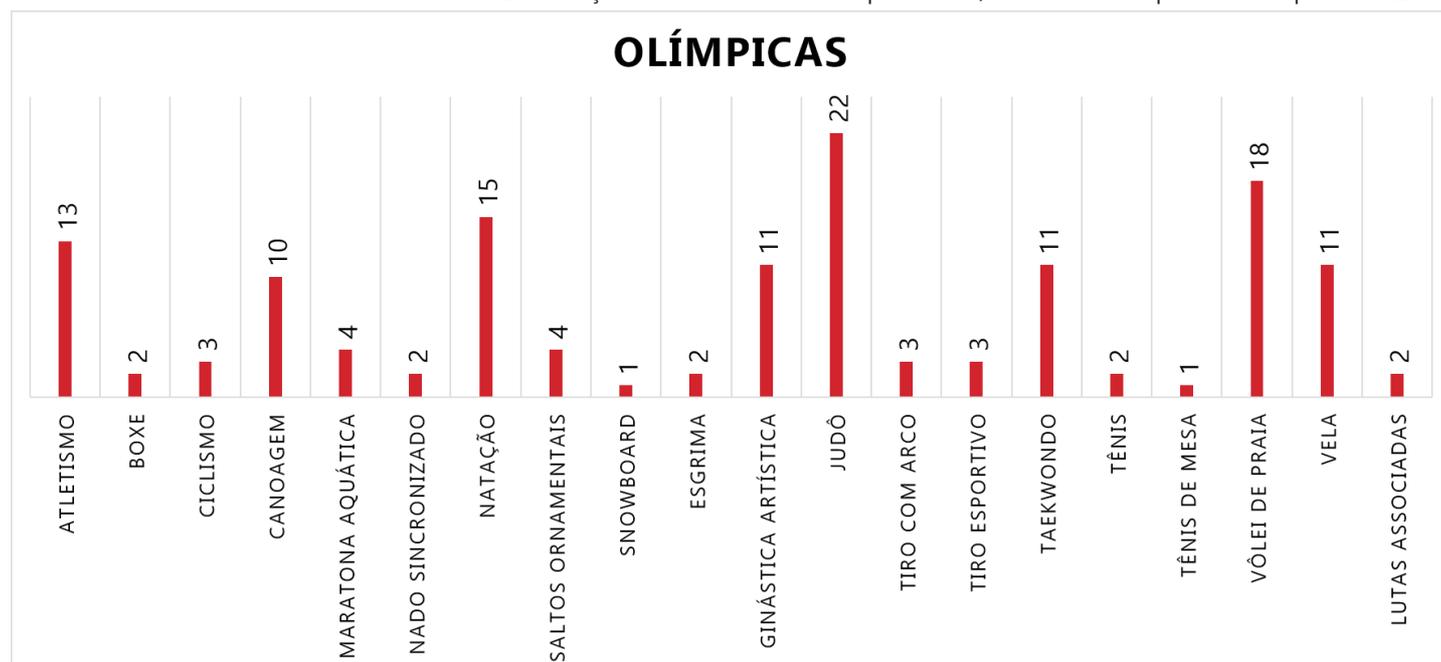
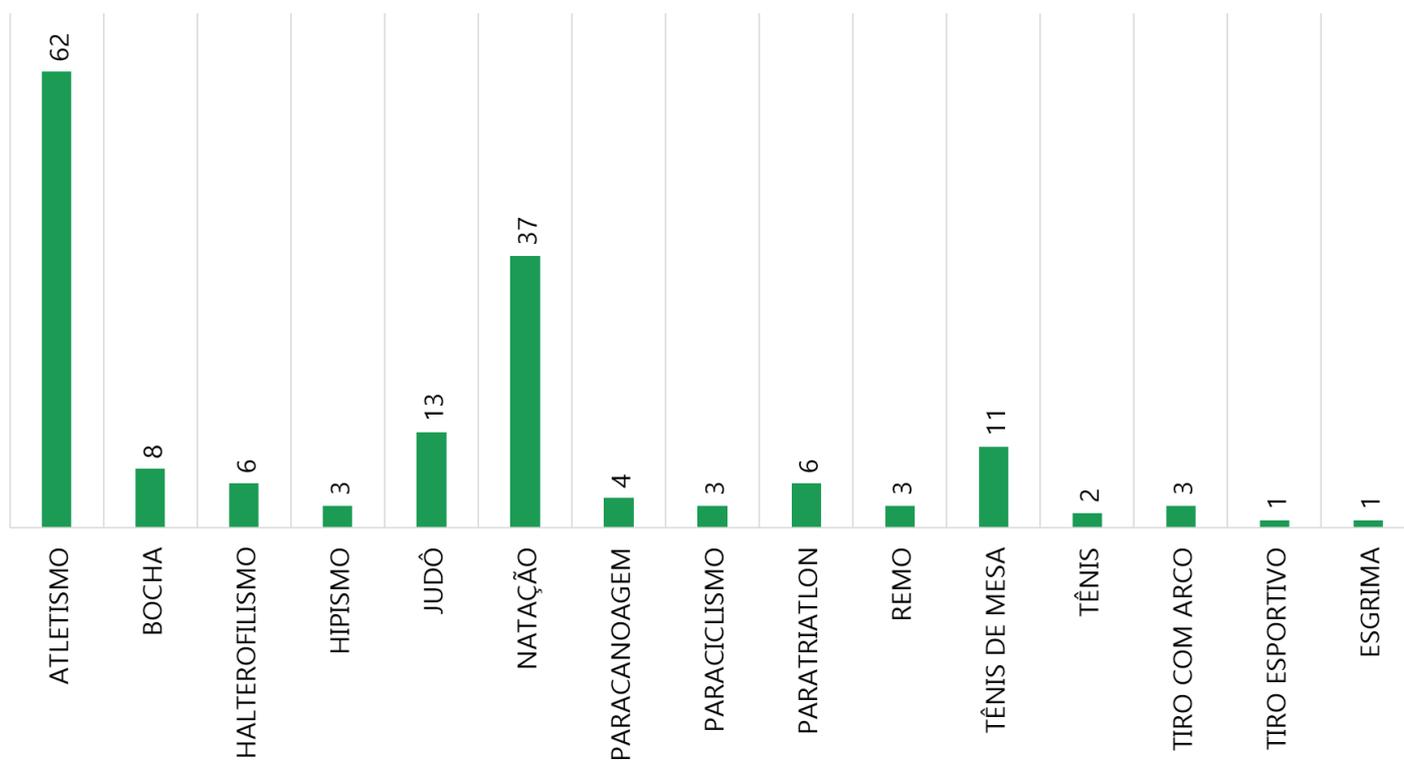


Gráfico 9 - Distribuição da Bolsa Atleta Pódio por atletas/modalidades esportivas paralímpicas em 2017.

PARALÍMPICAS



Até o momento, foram contempladas 35 modalidades e, pela primeira vez, em 2017, temos um atleta do *snowboard*, modalidade integrante dos Jogos Olímpicos de Inverno. O hipismo paralímpico e o tênis de cadeira de rodas são modalidades que só foram contempladas após a realização dos Jogos Paralímpicos do Rio 2016.

Gráfico 10 - Distribuição da Bolsa Atleta Pódio das modalidades olímpicas por sexo - 2017.

OLÍMPICAS

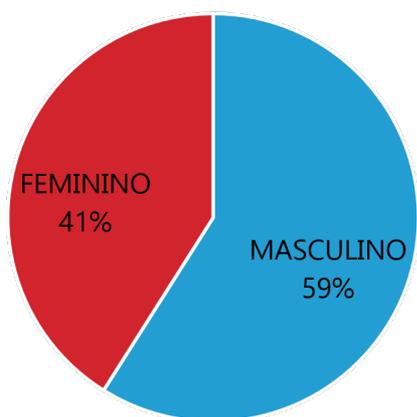
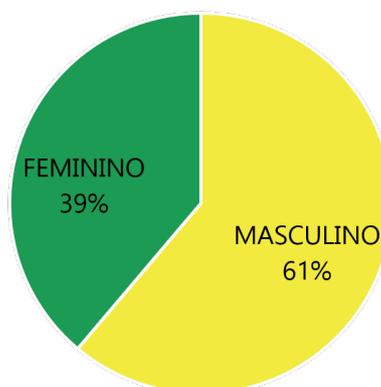


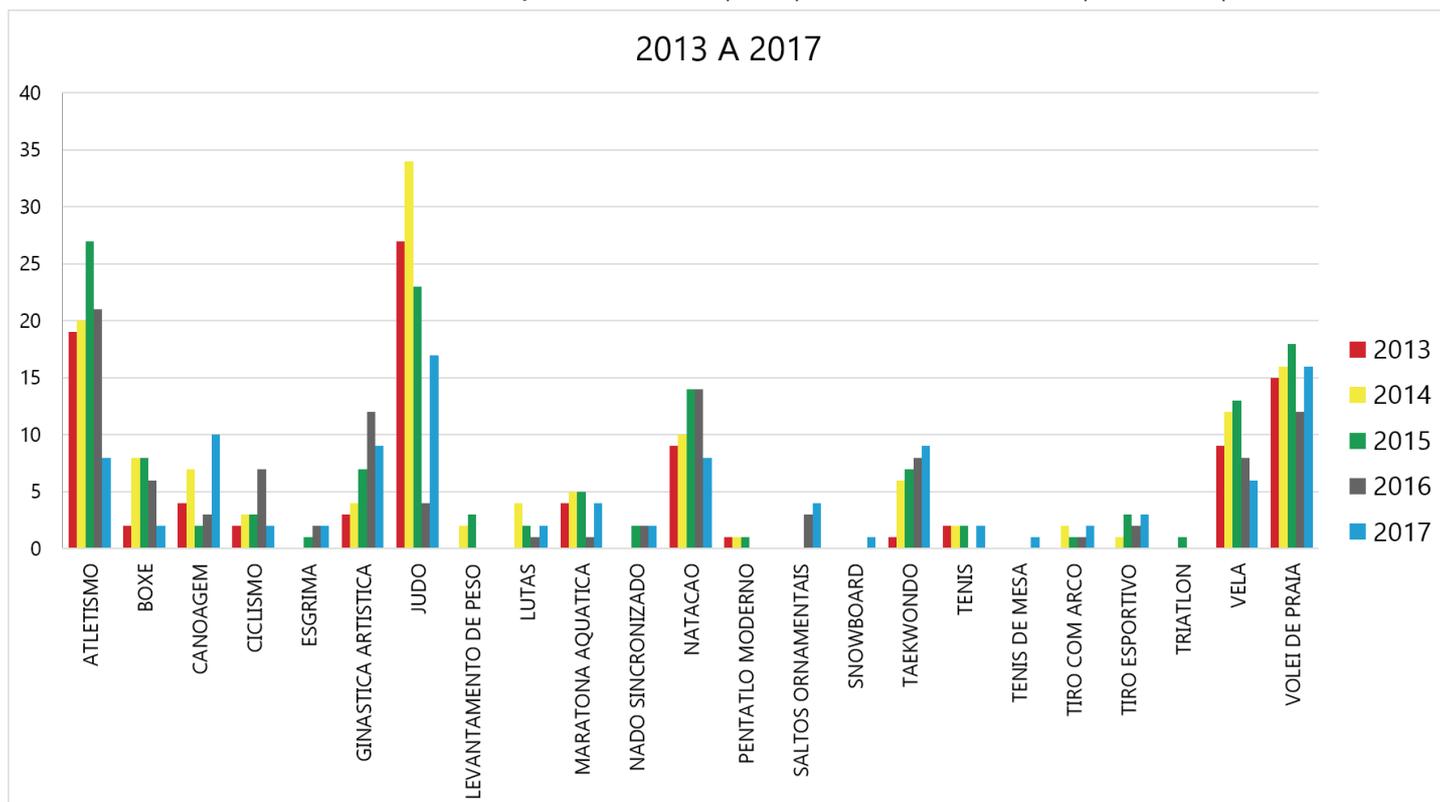
Gráfico 11 - Distribuição da Bolsa Atleta Pódio das modalidades paralímpicas por sexo - 2017.

PARALÍMPICAS



Em ambos os Gráficos, que apresentam as bolsas dispostas por modalidades Olímpicas e Paralímpicas considerando a categoria sexo, constata-se que a maior concentração de atletas que atendem aos critérios para entrada e manutenção do benefício, concentram-se no sexo masculino.

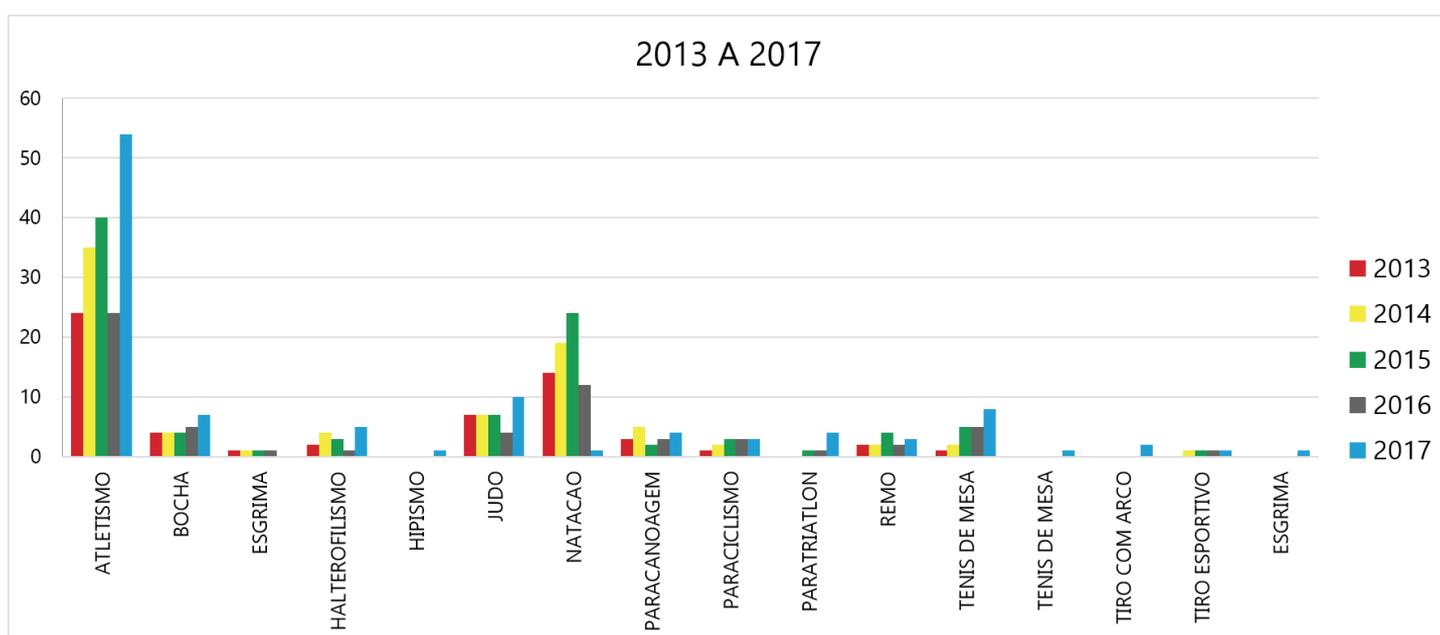
Gráfico 12 - Distribuição da bolsa atleta pódio por atletas/modalidades esportivas olímpicas de 2013 a 2017.



Podemos verificar que, nas modalidades olímpicas, a maioria das bolsas foram destinadas para o judô, atletismo, vôlei de praia e natação. Já

nas modalidades paralímpicas, temos o atletismo, a natação e o judô.

Gráfico 13 - Distribuição da bolsa atleta pódio por atletas/modalidades esportivas paralímpicas de 2013 a 2017.



No início do ano de 2017, incluímos no banco de dados do *Inteligência Esportiva*, as informações relativas a outras fontes de financiamento recebido pelos atletas. Além dos dados relacionados a patrocínios e apoio financeiro, a atualização do

banco de dados priorizou a conferência dos dados pessoais; dados biométricos; dados do clube de pertencimento; e incorporação de todos os especialistas que compõem a equipe multidisciplinar de cada atleta, ou seja: técnico,

auxiliar técnico, coordenador técnico, preparador físico, médico, nutricionista, fisioterapeuta, massoterapeuta, administrativo, atleta-guia, psicólogo, massagista, fisiologista, estrategista, gestor de alto rendimento, superintendente técnico, mestre de esgrima, mecânico, entre outros.

A partir da publicação em Diário Oficial da União, da primeira relação de atletas contemplados com a Bolsa Atleta Pódio, no dia 26 de maio de 2017, demos início à inclusão dos mesmos no banco de dados do *Inteligência Esportiva*. Sendo assim, finalizamos mais uma etapa de atualização de dados e ressaltamos que o programa Bolsa Atleta Pódio começa um novo ciclo, visando às Olimpíadas de Tóquio, em 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do governo federal, com a destinação direta do Bolsa Atleta Pódio, foi garantir o desenvolvimento máximo dos aspectos físicos, técnicos, táticos e psicológicos dos atletas, representando um novo patamar de investimentos no esporte, visando à preparação dos atletas olímpicos e paralímpicos para os Jogos Rio 2016.

O impacto da Bolsa Atleta foi medido nos Jogos Rio 2016. Nos Jogos Olímpicos, 77% dos 465 atletas convocados para defender o Brasil são bolsistas. Das 19 medalhas conquistadas pelos brasileiros – a maior conquista da história –, apenas o ouro do futebol masculino não contou com atletas bolsistas. Já nos Jogos Paralímpicos, o Brasil teve a maior delegação da história, com 286 atletas, sendo 90,9% bolsistas. Foram 72 medalhas conquistadas, em 13 esportes diferentes: 14 de ouro, 29 pratas e 29 bronzes, além de 99 finais disputadas. Todas as medalhas

brasileiras foram conquistadas por atletas que recebem o apoio financeiro do programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Ressaltamos que o programa Bolsa Atleta Pódio começou no ano de 2017 um novo ciclo visando aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, em 2020. Sendo assim, ano a ano, são publicados novos editais para que os atletas possam se candidatar ao programa e, portanto, o Banco de Dados do IE no que tange o Programa Bolsa Pódio tem seus dados e informações revisados e atualizados.



APRESENTAÇÃO

Tanto no âmbito esportivo quanto em outras áreas das ciências, a palavra “rede” traz consigo a ideia de interligar estruturas já existentes. No caso do esporte, está relacionada a integrar e aprimorar a capacitação de gestores, técnicos e atletas, bem como subsídios financeiros; enfim, nos remete à ideia de que diferentes fatores fundamentais do desenvolvimento esportivo podem ser interligados com qualidade e racionalidade. No âmbito acadêmico, há uma busca incessante para se alcançar esse objetivo, ao se criar modelos envolvendo diversos fatores que possam influenciar positivamente as redes de treinamentos esportivos e formação de atletas (SOTIRIADU; SHILBURY, 2009; OAKLEY; GREEN, 2001; DE BOSSCHER, 2009; GONÇALVES; RAMA; FIGUEIREDO, 2012).

O engajamento deste grupo nesse cenário desafiador ocorreu há mais de três anos. O primeiro passo percorrido foi entender o que representa uma Rede Nacional de Treinamento (RNT), quando realizamos um levantamento dos principais estudos e dos fatores que são destacados como fundamentais na constituição de uma rede. Ao mesmo tempo, procuramos entender e discutir como alguns dos principais países estruturam suas redes de treinamento.

Após o estudo desses materiais, respeitando a cultura e a história de cada país, ficou evidente que o levantamento de dados era primordial (HOULIHAN; GREEN, 2008). Nesse sentido, ao longo do tempo, foram catalogadas as informações dos principais atletas dos esportes olímpicos individuais brasileiros. Naquele momento, o objetivo geral foi descobrir quais eram as principais instituições do esporte de rendimento nacional, tarefa que parece rotineira e, de certa forma, muito simples em outros países, cujos dados estão disponíveis e de fácil acesso – o que não coincide com o cenário brasileiro. Nesse processo, buscamos os dados dos atletas nos respectivos sites das confederações esportivas, organizamos e sistematizamos as informações: entidade de vínculo, local de treinamento e profissionais de apoio especializado.

Existem diversos fatores que podem ser o ponto de partida para iniciar uma pesquisa sobre a RNT. Entendemos que o agente “atleta” assume uma posição central nesse processo; portanto, acaba por

conectar à rede e passa a ser, metodologicamente, o foco deste estudo.

São perceptíveis as diferenças entre as propostas acadêmicas que determinam elementos para o sucesso de redes nacionais de treinamento esportivo. Por mais que essas diferenças possam induzir a elementos distintos, existem alguns que são muito semelhantes: 1) a localidade das instalações de treinamento; 2) apoio financeiro dado pelo setor público; 3) um conjunto de pessoal de apoio especializado (HOULIHAN; GREEN, 2008).

Dessa forma, o projeto atualmente denominado (RNT) foi dedicado à captação e organização de dados do esporte de rendimento no Brasil. Ao longo desses anos, foram registrados mais de 50 mil atletas e quase 5 mil instituições, e essas informações estão consolidadas no banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva*.

PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Optamos por delimitar a proposta analisando os atletas brasileiros de sucesso no cenário internacional para, a partir deles, apontar uma possível rede empírica de treinamento e discutir os dados inseridos no banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva*. Nesse sentido, promovemos o exercício de “retroceder”, que consiste em localizar os atletas mais bem colocados no ranking internacional. Especificamente neste texto, trataremos sobre o atletismo no Brasil.

Respeitando a delimitação do estudo, buscamos todos os atletas brasileiros, masculinos e femininos, presentes no *ranking* da *International Association Athletics Federation* (IAAF). Para tanto, foram intencionalmente selecionados todos os brasileiros no ranking mundial das provas de pista de velocidade: 100 metros; 200 metros; 400 metros; 110 metros com barreiras; 4x100 metros; e 4x400 metros. O total foi de 26 atletas, os quais obtiveram 36 resultados esportivos, visto que alguns deles participam de mais de uma prova. Após a seleção,

foi possível complementar as informações sobre a trajetória do atleta, com o suporte do banco de dados do *Inteligência Esportiva*, onde encontramos as seguintes informações: todas as entidades que os atletas representam; o apoio financeiro no que se refere ao Programa Bolsa-Atleta; e os profissionais especializados, sendo aqui destacados somente os treinadores.

Posteriormente, identificamos a trajetória de cada atleta na *web* nos últimos cinco anos (2013-2017), considerando aspectos como entidade de vínculo, localização, município, subsídios financeiros e pessoal especializado. Verificamos caso a caso e comparamos com o banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva*.

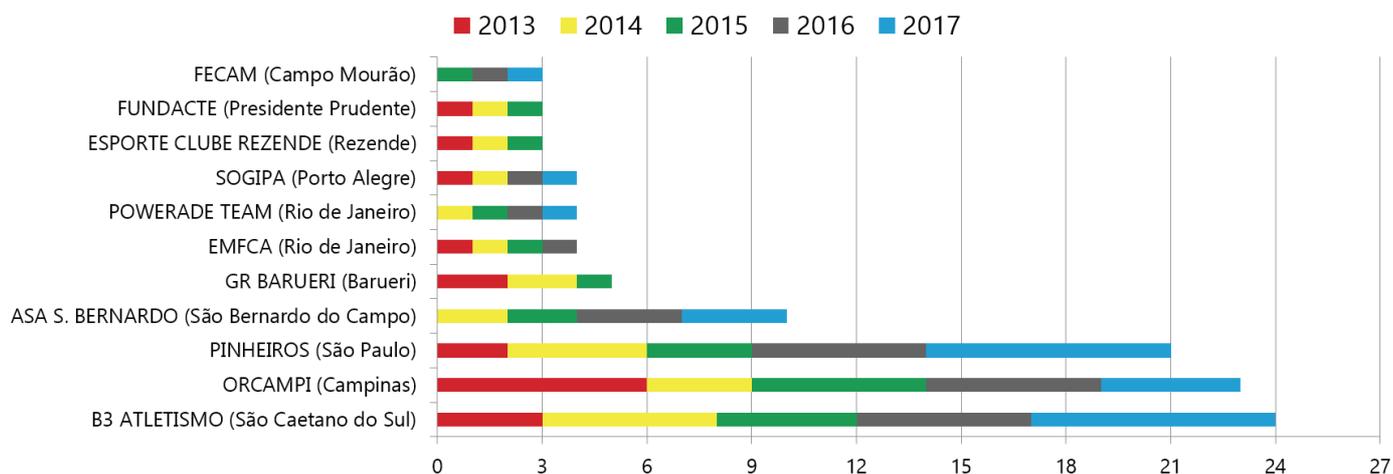
Para encaminhamento do texto, utilizamos como suporte metodológico a literatura de Houlihan e Green (2008), que apontam três elementos centrais já descritos na introdução: a localidade das instalações de treinamento; apoio financeiro dado pelo setor público; conjunto de pessoal de apoio especializado.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Este estudo reuniu uma série de dados que, somado ao Programa Bolsa-Atleta, auxiliam na busca da compreensão dos meandros do esporte de rendimento brasileiro. Podemos afirmar que o banco de dados construído ao longo dos anos possibilita analisar, em muitos dos casos, a trajetória percorrida pelo atleta, as instituições formadoras e outras tantas informações relevantes que possibilitam identificar articulações entre os agentes envolvidos.

Como primeiro eixo norteador de Houlihan e Green (2008), identificamos que as instituições de destaque, classificadas como centros de treinamento esportivo no Brasil, variam entre associações, clubes, prefeituras, estabelecimentos de ensino, forças armadas. A maior concentração de atletas selecionados do atletismo encontra-se em clubes e associações, como aponta o Gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Entidades formadoras do atletismo no Brasil.



Fonte: Federação Internacional de Atletismo, 2017.

Constatamos que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro se destacam em concentração das entidades esportivas formadoras dos atletas de atletismo. Na sequência, estão nominadas as entidades que fizeram parte três vezes ou mais, na trajetória dos atletas: B3 Atletismo (São Caetano do Sul-SP); Organização Funilense de Atletismo (ORCAMPI/Campinas-SP); Esporte Clube Pinheiros (São Paulo-SP); Associação Sambernardense de Atletismo (ASA/São Bernardo do Campo-SP); GR Barueri (Barueri-SP); Associação das Escolas Municipais Filiadas ao Clube de Atletismo (EMFCA/Rio de Janeiro-RJ);

Powerade Team Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ); Sogipa (Porto Alegre-RS); Esporte Clube Rezende Piracicaba (Piracicaba-SP); Fundação de Ciência, Tecnologia e Ensino (FUNDACTE/Presidente Prudente-SP); e Fundação de Esporte de Campo Mourão (FECAM/Campo Mourão-PR).

Os atletas selecionados neste estudo indicaram 11 instituições de destaque no atletismo no Brasil, e todas elas estavam presentes no banco de dados do *Inteligência Esportiva*. Corroborando esses resultados, segue abaixo dados do estudo de Caregnato (2018).

Tabela 7 - Distribuição dos resultados com base no ranking da CBAAt, das 20 entidades do atletismo nacional por ano analisado: 2013-2016.

Entidade	2013	2014	2015	2016	Total	Média
ORCAMPI	320	228	271	299	1118	280
E.C. PINHEIROS	238	198	221	247	904	226
CENTRO OLÍMPICO	150	139	155	201	645	162
B3 ATLETISMO	170	139	76	178	563	141
GRÊMIO BARUERI	198	146	126	67	537	135
IEMA	93	78	212	126	509	128
BRASIL FOODS	182	114	147	49	492	123
FECAM	114	100	107	156	477	120
ASA/SÃO BERNARDO	112	115	58	158	443	111
CORVILLE	84	95	149	105	433	109
VASCO DA GAMA	19	30	191	167	407	102
ASA SERTÃOZINHO	119	72	88	105	384	96
LONDRINA	142	76	55	108	381	95
CSS II EXER./OSASCO	89	82	132	48	351	87
SOGIPA	130	72	78	62	342	85
BLUMENAU	93	67	92	71	323	81

Entidade	2013	2014	2015	2016	Total	Média
ASSEM	73	71	104	58	306	77
FUNDACTE	80	70	78	75	303	76
A.A. MARINGÁ	57	67	102	53	279	70
ASA SORRISO	36	48	105	84	273	69

Como segundo eixo norteador de Houlihan e Green (2008), relacionado ao financiamento, é importante frisar que o incentivo Bolsa-Atleta é destinado diretamente ao atleta e não para a instituição do mesmo. Apesar disso, de forma indireta, a instituição é beneficiada com este

subsídio. Portanto, entre as instituições com mais atletas contemplados, estão aquelas que também possuem maior número de resultados e *rankiados* internacionais, com pequenas variações na colocação.

Tabela 8 - Entidades de atletismo do Brasil com 40 ou mais atletas bolsistas entre os anos de 2005 e 2017.

Entidade	Cidade	Quantidade
ORCAMPI	Campinas - SP	204
ESPORTE CLUBE PINHEIROS	São Paulo - SP	133
CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA	Rio de Janeiro - RJ	113
ASSOCIAÇÃO SAMBERNARDENSE	São Bernardo Do Campo SP	108
GRÊMIO RECREATIVO BARUERI	Barueri - SP	103
B3 ATLETISMO	São Caetano Do Sul - SP	96
INSTITUTO LONDRINA	Londrina - PR	87
ASSOCIAÇÃO SERTANEZINA DE ATLETISMO	Sertãozinho - SP	84
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CENTRO OLÍMPICO	São Paulo - SP	77
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA	Bauru - SP	75
SOGIPA	Porto Alegre - RS	68
FECAM	Campo Mourão - PR	68
ASEMPAR – PARANAÍ	Paranaíba - PR	65
ASSOCIAÇÃO CORVILLE DE ATLETISMO	Joinville - SC	64
INSTITUTO ELIZÂNGELA MARIA ADRIANO	São Caetano Do Sul - SP	64
ASSOCIAÇÃO ATLETISMO DE BLUMENAU	Blumenau - SC	61
INSTITUTO DE FOZ DO IGUAÇU	Foz do Iguaçu - PR	60
ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE MARINGÁ	Maringá - PR	58
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CRICIÚMA	Criciúma - SC	57
ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DO ATLETISMO	Itajaí – SC	52
ASSEM	São José dos Campos - SP	49
CLÃ DELFOS	Betim - MG	49
CSS EXÉRCITO – OSASCO	Osasco – SP	47
CENTRO DE ATLETISMO DE SOBRADINHO	Brasília – DF	45
LUASA SPORTS CAIXA TAUBATÉ	Taubaté – SP	44
ASSOCIAÇÃO SORRISENSE DE ATLETISMO	Sorriso – MT	40
CENTRO REGINAL DE INICIAÇÃO AO ATLETISMO - CRIA LAVRAS	Lavras – MG	40



Segundo as informações acima, as instituições – como Orcampi/204 atletas e Esporte Clube Pinheiros/133 atletas – foram as que mais obtiveram resultados entre os anos de 2005 e 2017; e também as que mais receberam bolsas para seus atletas, à frente de concorrentes como Grêmio Barueri/103 atletas e B3 Atletismo/96 atletas.

Sobre o conjunto de pessoal de apoio especializado, terceiro eixo norteador de Houlihan e Green (2008), o banco de dados do *Inteligência Esportiva* possibilita identificar os principais técnicos vinculados aos atletas em destaque na modalidade atletismo: Sanderlei Claro Parrela, Evandro Cassiano de Lazári, Katsuhico Nakaya, Carlos Alberto de Azevedo Cavalheiro, Nélio Moura, Amy Deem, Robson Alhadass, Claudinei Vaz de Lima, Adriano Vitorino, Alan Antunes, Carlos José Camilo de Oliveira, Leonardo Rosato Ribas, Daniel Gonçalves, Eliseu Senna, Vânia Valentino e Paulo Cesar Costa.

Considerando os elementos norteadores da formação de uma RNT, notamos que, no momento, o banco de dados do *Inteligência Esportiva* permite, para além de uma sistematização das informações da trajetória dos atletas, elaborar uma correlação entre os fatores determinados por literatura especializada: instituição e sua localidade; o setor público e seu apoio ao esporte e por fim, os nomes dos principais técnicos do atletismo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O banco de dados permite construir reflexões sobre a RNT, entre elas, destacamos a ideia de que as diferentes instituições agem de forma determinante nas diferentes fases da formação do atleta, no caso específico do atletismo. Outra análise se refere ao fato de que algumas instituições, tradicionalmente, assumem funções específicas na detecção, incentivo e investimento em atletas de rendimento. A inter-relação estabelecida por Houlihan e Green (2008) entre os três eixos norteadores é fundamental para o desenvolvimento do esporte de rendimento.

As instituições de destaque são B3 Atletismo, Orcampi e Pinheiros, estando concentradas no estado de São Paulo, capital e região metropolitana. Apontamos 11 instituições de destaque que formam uma rede informal de treinamento, que concentra inúmeros atletas. Esta constatação permite a construção de relações entre os atletas, instituição e profissionais de apoio a estes, conduzindo sua trajetória entre suas potencialidades e limitações. Boa parte do capital esportivo é detido pelos agentes que fazem parte destas instituições tradicionais.

A importância do método de análise, apresentado neste estudo, tornou possível saber, efetivamente, quais instituições são consistentes e estão entre as principais do atletismo brasileiro. Além disso, as equipes melhor posicionadas, com base nos dados apresentados, possuem credibilidade, visibilidade, bons resultados e reconhecimento no campo esportivo, uma vez que têm conseguido atrair interesse – anualmente – dos incentivadores, dos principais atletas e treinadores do atletismo nacional. Desse modo, podemos dizer que as principais equipes, aqui apresentadas, fornecem para o atleta adulto e ao técnico condições básicas de treinamento (incentivo financeiro, material esportivo, suporte-técnico, nutricionista, fisioterapeuta) para que estes se mantenham entre os melhores ao nível nacional e, assim, consigam competir internacionalmente.

O exercício denominado de “retroceder” foi importante para verificar as relações no esporte brasileiro. Exercício que o banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva* já possibilita a outros esportes olímpicos individuais. Na maioria das vezes, a partir do momento que o atleta ganha destaque internacional na sua prova, passa a ter atenção especial de diferentes agentes do campo esportivo. Esse processo pode acontecer antes, por isso, essa análise centrada no atleta pode identificar um potencial candidato a evoluir no atletismo mundial e conseguir uma medalha em uma competição expressiva.

Ao destacarmos as entidades promotoras do atletismo brasileiro, prospectando uma RNT,

consignamos que a partir delas e seus agentes (técnicos, atletas e dirigentes) existe também uma rede de relacionamentos que pode alçar potenciais atletas para competições e resultados internacionais efetivos para o Brasil. As instituições funcionam estruturalmente como um espaço de aproximação entre os agentes e, nesta dinâmica, possibilita – enquanto estrutura física, financeira e administrativa – absorver diferentes profissionais, permitindo, assim, a constituição de um grupo com referências e capital esportivo específico para a evolução no âmbito esportivo.

O atleta, ao estar vinculado a uma entidade esportiva, tem acesso a pessoas, financiamentos, estrutura e aos demais recursos objetivos e subjetivos consolidando uma teia de relações. Neste processo, as entidades esportivas adquirem a expertise para alcançar reconhecimento no cenário esportivo. Isto permite, como percebemos neste estudo, a manutenção de tais instituições no processo de profissionalização do atleta.

Por fim, buscamos relacionar as localidades dos melhores atletas do atletismo brasileiro com indicadores geográficos e sociais. De acordo com os dados do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil foi classificado no seu último senso como de alto desenvolvimento (0,755). Os 11 clubes mais representados no retroceder exemplificado neste estudo trouxeram à tona 10 municípios brasileiros, dos quais, três estão em capitais estaduais, quatro na região metropolitana das capitais e três em municípios no interior dos estados.

A partir dessa identificação, verificou-se que, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas o clube FECAM (interior do estado do Paraná) possui população abaixo de 100 mil habitantes, demonstrando que o atletismo de alto rendimento no Brasil se desenvolve nos grandes centros urbanos e de alta faixa populacional. Campo Mourão, em que pese seja um município menor, possui uma fundação, patrocinada pela Caixa Econômica Federal desde 2011, que promove o esporte no município, além de estar muito próximo do município de Maringá, grande centro urbano, detentor de um complexo esportivo (Jaime Canet Junior) e competições frequentes promovidas pela Federação de Atletismo Paranaense (FAP).

Outro indicador social relacionado à rede apresentada neste estudo, foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, que são todos melhores do que o do próprio Brasil. De acordo com o último senso divulgado em 2010, seis deles indicam alto IDH, o que renderia uma classificação entre os 50 países mais desenvolvidos do mundo, como Japão, EUA e Reino Unido. Não obstante, verificou-se, ainda, que todos os municípios possuem taxa de escolaridade e PIB altos, bem como baixa taxa de mortalidade infantil.

Apontamos que o caminho identificado nesta análise diz respeito a apenas os últimos cinco anos – dados disponíveis pela pesquisa *Inteligência Esportiva* e seu banco de dados –, sendo possível, futuramente, expandir e alimentar o banco de dados, a ponto de conseguirmos mapear décadas de diversas modalidades esportivas.

REFERÊNCIAS

CAREGNATO, A. F. **O Desenvolvimento do atletismo no Brasil a partir da perspectiva de agentes participantes do alto rendimento: gestores, treinadores, atletas e ex-atletas.** Universidade Federal do Paraná; Curitiba-Pr, 2018 (Tese de Doutorado).

De BOSSCHER, V. **Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries.** Sports Management Review. 2009.

GONÇALVES, C. E. B; RAMA, L. M. L; FIGUEIREDO, A. B. Talent identification and specialization in sport: an overview of some unanswered questions. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, 2012.

HOULIAN, B; GREEN, M. **Comparative elite Sport development: systems, structures and public policy.** Oxford: Elsevier, 2008.

OAKLEY, B; GREEN, M. The production of Olympic champions: International perspectives on elite sport development systems. **European Journal for Sport Management**, 8(Special Issue), 83–102, 2001.

SOTIRIADU, K; SHILBURY, D. Australian elite athlete development: an organizational perspective. **Sport Management Review**, v. 12, n. 3, p. 137–148, 2009.



JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

APRESENTAÇÃO

A história das competições escolares brasileiras iniciou-se no ano de 1969, em Niterói/RJ, quando aconteceram os primeiros Jogos Estudantis Brasileiros, os quais contaram com a participação de sete estados e 315 estudantes. Com o passar dos anos, as competições escolares se modificaram, tanto em denominação como nas formas de realização e envolvimento de recursos humanos, físicos e financeiros.

Desde 2005, essas competições têm sido realizadas pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), inicialmente sob a denominação de Olimpíadas Escolares, e, posteriormente, Jogos Escolares da Juventude. Atualmente, e a cada ano, esses eventos reúnem mais de oito mil estudantes provenientes de escolas públicas e privadas, além de técnicos e dirigentes, de todos os estados do país; e são realizados em duas categorias (12 a 14 anos e 15 a 17 anos) em etapas diferentes, competindo em 14 modalidades esportivas.

Quadro 1 - Modalidades esportivas disputadas nos Jogos Escolares Brasileiros no período de 2005 a 2016.

Modalidade / Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Atletismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Badminton							X ¹					
Ciclismo						X	X	X	X	X	X	X
Gin. Rítmica						X	X	X	X	X	X	X
Natação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Xadrez	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tênis de mesa		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Judô	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Luta olímpica								X ¹	X	X	X	X
Taekwondo						X ²	X ²	X ²				
Basquetebol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Futsal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Handebol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Voleibol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vôlei de praia								X ²				

¹Apenas para a categoria de 12 a 14 anos.

²Apenas para a categoria de 15 a 17 anos.



Para a realização dos Jogos Escolares, no período de 2005 a 2016, o COB recebeu um fomento previsto pela Lei nº 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) e contou com o apoio do Ministério do Esporte e das Organizações Globo, as quais foram responsáveis, sobretudo, pela divulgação do evento. As cidades-sedes também se tornaram parceiras do COB e mobilizaram recursos para receber as delegações de todos os estados do Brasil, além de delegações internacionais – Grã-Bretanha (edição de 2012) e Argentina (edição de 2016).

Quadro 2 - Cidades-Sedes dos Jogos Escolares entre os anos de 2005 e 2016.

Ano	Categoria	
	12 a 14 anos	15 a 17 anos
2005	Brasília/DF	Brasília/DF
2006	Poços de Caldas/MG	Brasília/DF
2007	Poços de Caldas/MG	João Pessoa/PB
2008	Poços de Caldas/MG	João Pessoa/PB
2009	Poços de Caldas/MG	Maringá/PR e Londrina/PR
2010	Fortaleza/CE	Goiânia/GO
2011	João Pessoa/PB	Curitiba/PR
2012	Poços de Caldas/MG	Cuiabá/MT
2013	Natal/RN	Belém/PA
2014	Londrina/PR	João Pessoa/PB
2015	João Pessoa/PB	João Pessoa/PB
2016	João Pessoa/PB	João Pessoa/PB

Os Jogos Escolares se constituem em uma importante política pública para a promoção e fomento do esporte escolar. Por isso, investigar essa ação é fundamental para a sua continuidade responsável, além de ser um retorno social do investimento público. Desse modo, espera-se que os dados aqui apresentados auxiliem no processo de elaboração de políticas públicas de esporte escolar no país, bem como de avaliação das ações que estão sendo concretizadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte temporal inicial é o ano de 2005, pois o mesmo marcou a entrada do COB como principal organizador. Para essa edição da revista, são apresentados dados sobre a especificidade e os recursos financeiros provenientes da Lei

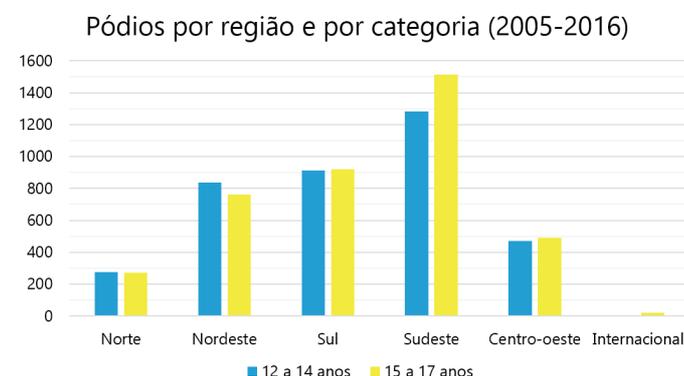
Agnelo/Piva. A principal fonte de coleta foi documental: Demonstrações financeiras do repasse da Lei nº 10.264/2001; Regulamentos gerais das competições (2005-2016); e Relatórios e boletins finais dos resultados das competições (2005-2016). Depois de categorizados, os dados foram analisados por meio de estatística simples descritiva, que incluiu frequência e porcentagem.

No tocante à especificidade, ressalta-se que os dados apresentados nesse relatório ilustram os resultados finais alcançados nas provas das 15 modalidades, disputadas no período de 2005 a 2016. Até o momento, foram identificados 7.763 pódios. Algumas provas não foram incluídas nos dados gerais devido à dificuldade de identificação nos documentos. São elas: 2006 – equipe mista do tênis de mesa (12 a 14 anos); 2011 – equipe masculina e feminina do tênis de mesa (15 a 17 anos); 2012 – salto em altura masculino (15 a 17 anos) e salto triplo feminino (15 a 17 anos) do atletismo; 2014 – 3000m rasos masculino (15 a 17 anos) do atletismo e revezamento 4x100m livres masculino e feminino da natação (12 a 14 anos); e 2015 – nenhuma prova das modalidades tênis de mesa e luta olímpica (12 a 14 anos).

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Em se tratando da especificidade dos Jogos Escolares, a quantidade geral de pódios alcançados, nas categorias de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, por região do país e pelas delegações internacionais, oferece um panorama geral dessas competições no período de 2005 a 2016.

Gráfico 15 - Pódios alcançados por região brasileira e por delegações internacionais nas categorias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (2005-2016).

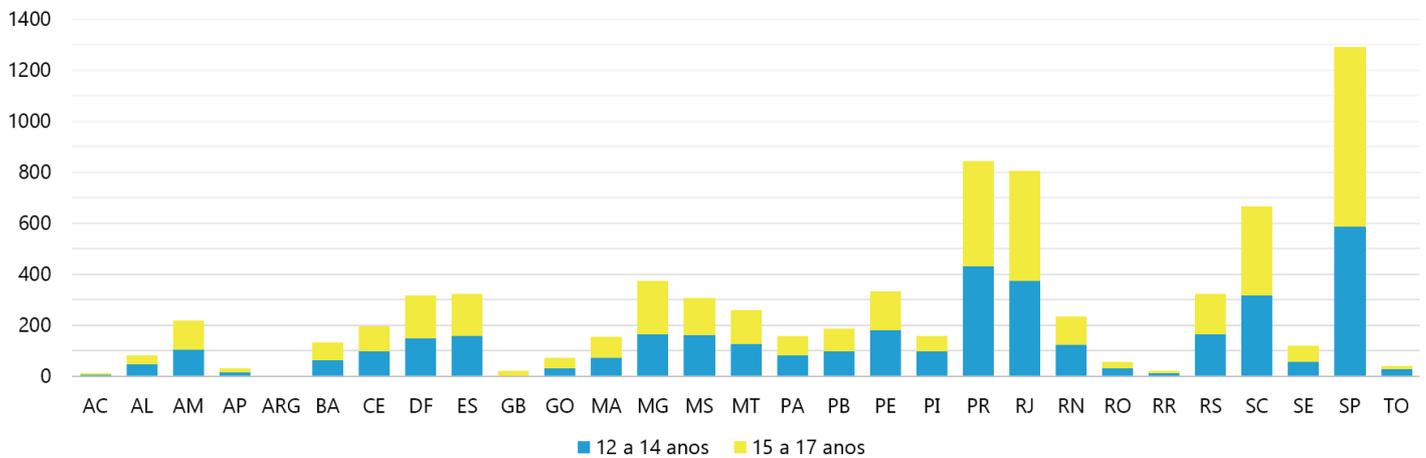


Considerando o total de 7.763 pódios, a maior parcela é representada pelo Sudeste (36%), depois pela da região Sul (24%), Nordeste (21%), Centro-oeste (12%) e Norte (7%). A Grã-Bretanha e a Argentina, que participaram, respectivamente, das edições de 2012 e 2016, conquistaram, aproximadamente, 0,3% dos pódios. Pode-se

inferir, ainda, que há um equilíbrio de resultados entre as duas categorias em cada região, sendo que a maior diferença observada é a da região Sudeste, onde, na categoria de 15 a 17 anos, apresenta pouco mais de 200 pódios. A seguir, é possível observar o quantitativo de pódios por estado e por delegação internacional.

Gráfico 16 - Pódios alcançados por estado brasileiro e por delegações internacionais nas categorias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (2005-2016).

Pódios por estado e delegação internacional por categoria (2005-2016)

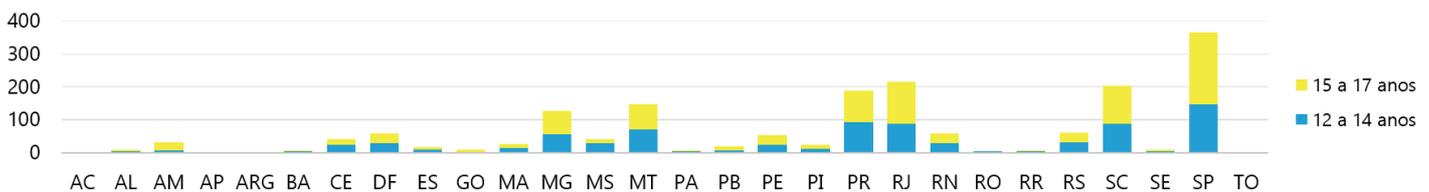


Com quase 1.300 pódios, o estado de São Paulo lidera o ranking total de medalhas nos Jogos Escolares, seguido do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Alguns estados ainda têm pouca expressividade nesses resultados,

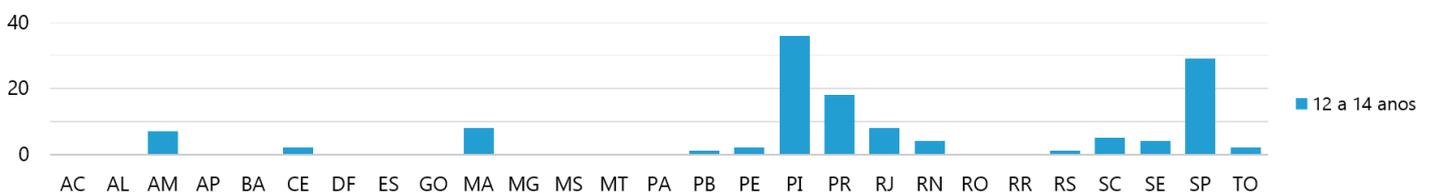
como o Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Em seguida, o Gráfico apresenta os pódios alcançados por estado em modalidades individuais e coletivas.

Gráfico 17 - Pódios alcançados por estado e por delegações internacionais nas modalidades individuais, nas categorias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (2005-2016).

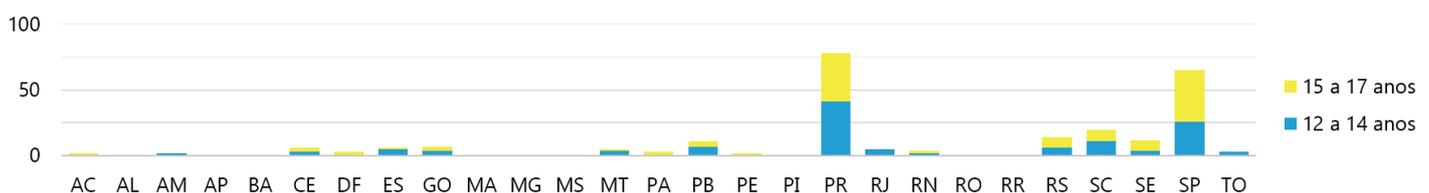
Atletismo (2005-2016)



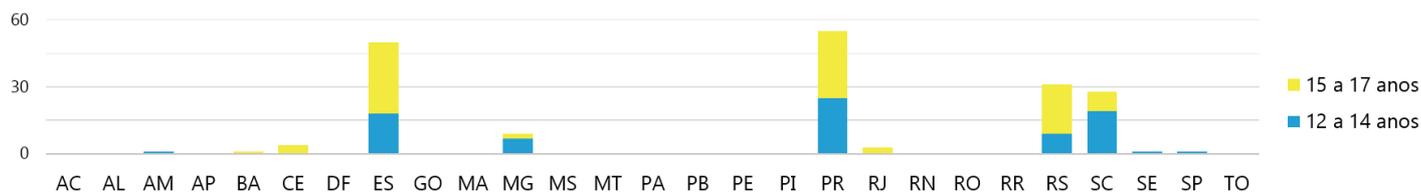
Badminton (2011-2016)



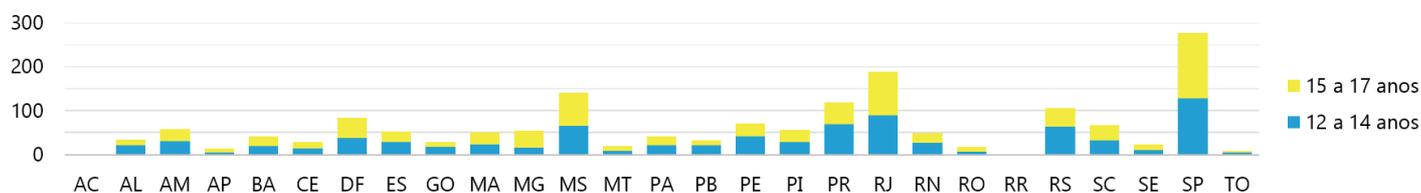
Ciclismo (2010-2016)



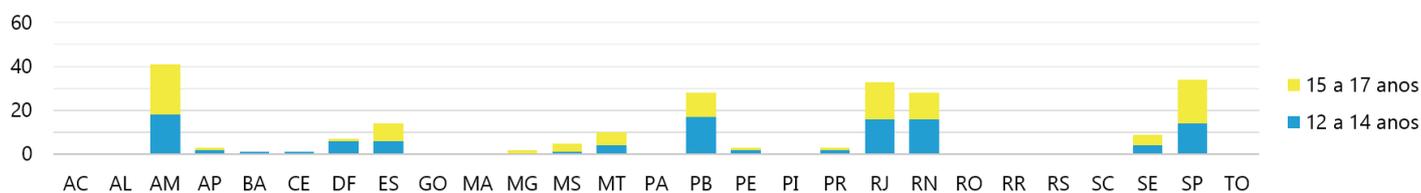
Ginástica Rítmica (2010-2016)



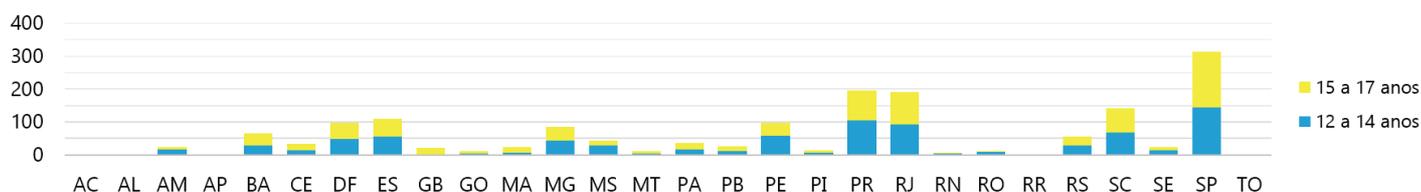
Judô (2005-2016)



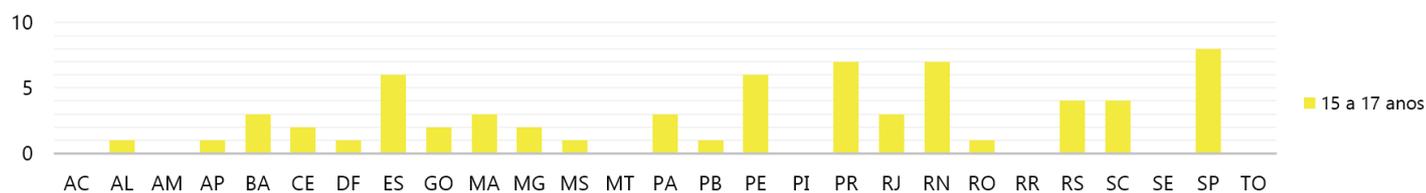
Luta Olímpica (2012-2016)



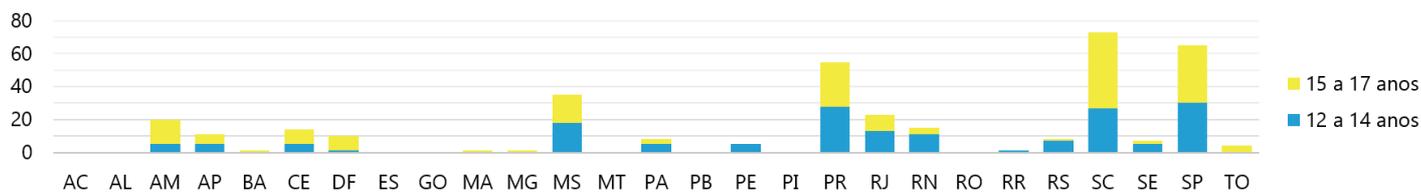
Natação (2005-2016)



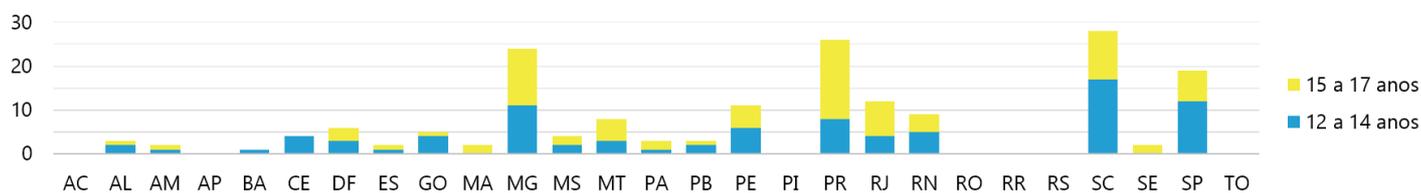
Taekwondo (2010-2012)



Tênis de Mesa (2006-2016)



Xadrez (2005-2016)



O estado de São Paulo apresenta a maior quantidade de pódios no atletismo. Em seguida, estão os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Destaca-se, ainda nesta modalidade, os resultados expressivos de Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais. No badminton, o destaque é para o Piauí, seguido de São Paulo e Paraná. O badminton é uma das modalidades mais jovens dos Jogos Escolares. Ela começou a ser disputada em 2011, faz parte apenas do programa da categoria 12 a 14 anos e, a partir de 2016, as competições passaram a ser disputadas em duas divisões.

No ciclismo, o Paraná é o maior representante. Atrás dele estão os estados de São Paulo e de Santa Catarina. Também na ginástica rítmica, o estado do Paraná obteve maior destaque, seguido de Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Muitos estados ainda não alcançaram pódios nessa modalidade, e alguns, como Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro, apresentam resultados pouco expressivos.

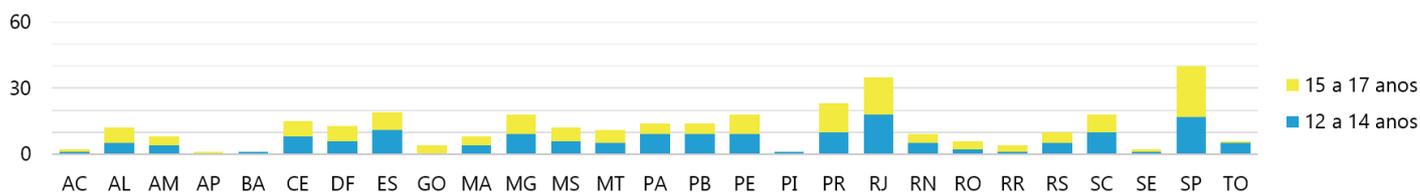
Na modalidade judô, o destaque é para o estado de São Paulo, seguido do Rio de Janeiro

e Mato Grosso do Sul. O judô é uma modalidade que tem representantes em todos os estados. Na luta olímpica, por outro lado, o destaque é para o Amazonas, seguido de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim como outras modalidades, a luta olímpica não possui representantes de todos os estados. E no taekwondo, os maiores destaques foram para os estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo. Essa modalidade foi disputada apenas em três edições, na categoria de 12 a 14 anos.

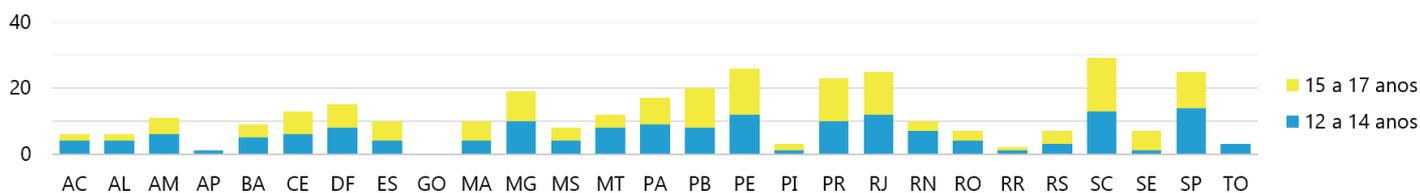
O estado de São Paulo se destacou mais uma vez, na natação. Outros estados que apresentam bons resultados nesta modalidade são Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal e Minas Gerais. Já no tênis de mesa, Santa Catarina obteve maior destaque. Posteriormente, estão os estados de São Paulo e Santa Catarina. Também no xadrez, Santa Catarina obteve a melhor colocação, seguido dos estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. De modo geral, os estados apresentam resultados equilibrados para ambas as categorias.

Gráfico 18 - Pódios alcançados por estado nas modalidades coletivas, nas categorias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (2005-2016).

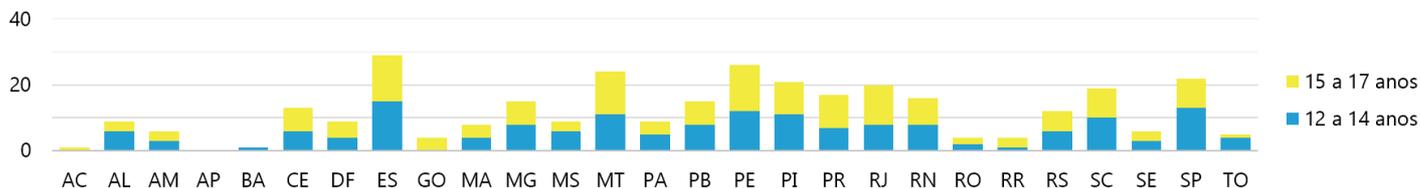
Pódios Basquetebol (2005-2016)



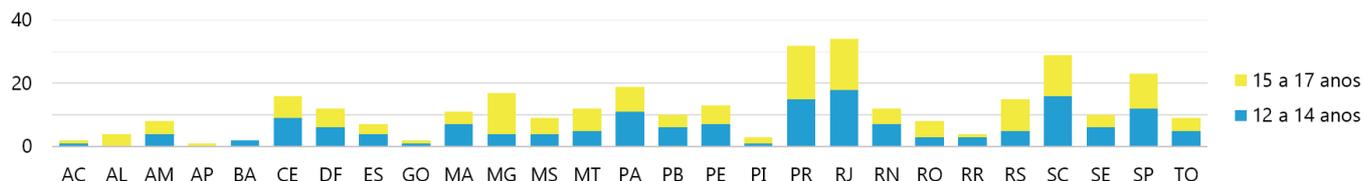
Pódios Futsal (2005-2016)



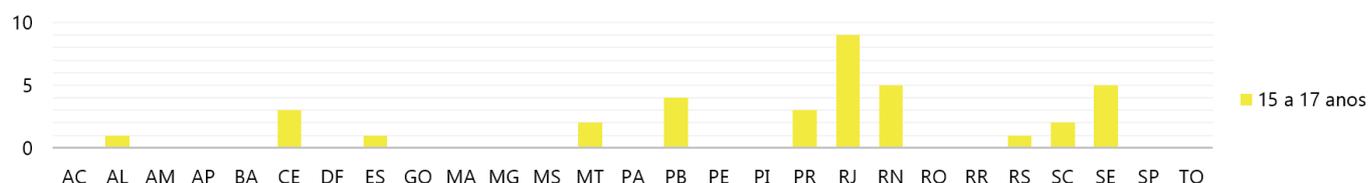
Pódios Handebol (2005-2016)



Pódios Voleibol (2005-2016)



Pódios Vôlei de Praia (2005-2016)



Nas modalidades coletivas, há uma melhor distribuição dos pódios por estado. No basquetebol o destaque é para São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. No futsal, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná e São Paulo. No handebol, Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. No voleibol, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A partir de 2007, as disputas nessas modalidades adotaram o modelo de divisões. Atualmente, são três divisões. No vôlei de praia, os destaques são para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe. Apenas a categoria 15 a 17 anos compete nessa modalidade.

No que tange ao financiamento, os Jogos Escolares, nesse período, tiveram subsídio especialmente através da Lei Agnelo/Piva. No entanto, além do repasse previsto por lei, vale destacar que o COB contou também com o apoio financeiro do Comitê Olímpico Internacional (COI), patrocinadores e parceiros estaduais e municipais, que participam das competições. Especificamente em relação aos repasses da Loteria Federal, o esporte escolar, com base no valor bruto repassado ao COB, recebeu, desde 2001, quase R\$ 200 milhões em recursos, como mostra a Tabela abaixo.

Tabela 9 - Repasse social efetuado para o esporte escolar proveniente da Lei Agnelo/Piva, aumento percentual, inflação e simulação de reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

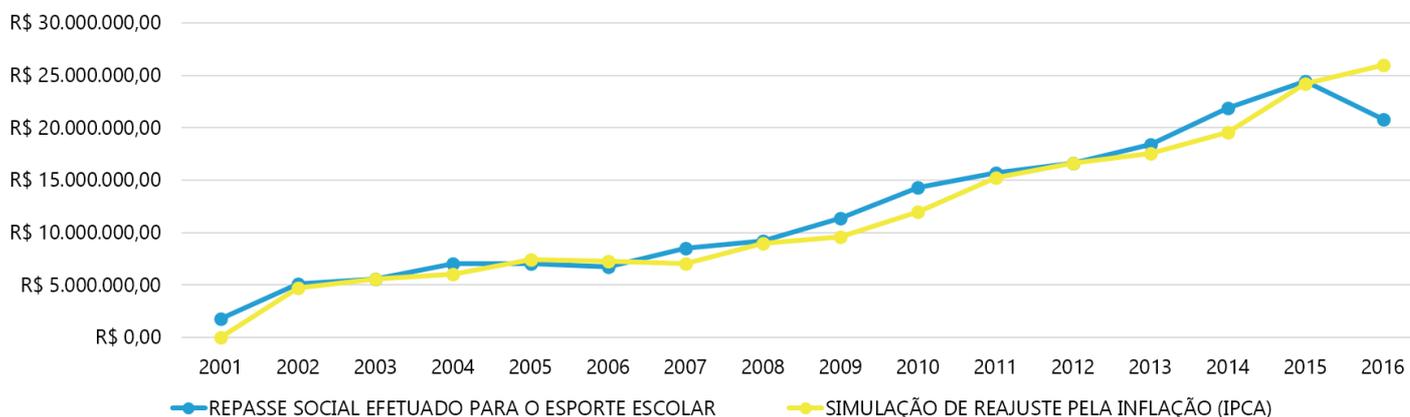
Ano	Repasse Social efetuado para o Esporte Escolar	Aumento percentual em relação ao ano anterior (%)	Inflação acumulada (IPCA) em relação ao ano anterior (%)	Simulação em caso de reajuste pelo IPCA **
2001	R\$ 1.740.000,00*	-	7,7	-
2002	R\$ 5.070.000,00	291,4	12,5	R\$ 4.699.252,80
2003	R\$ 5.580.000,00	10,1	9,3	R\$ 5.541.510,00
2004	R\$ 7.000.000,00	25,4	7,6	R\$ 6.004.080,00
2005	R\$ 7.050.000,00	0,7	5,7	R\$ 7.398.300,00
2006	R\$ 6.740.000,00	-4,4	3,1	R\$ 7.271.370,00
2007	R\$ 8.490.000,00	26,0	4,5	R\$ 7.039.930,00
2008	R\$ 9.190.000,00	8,2	5,9	R\$ 8.990.910,00
2009	R\$ 11.340.000,00	23,4	4,3	R\$ 9.586.089,00
2010	R\$ 14.270.000,00	25,8	5,9	R\$ 12.009.060,00
2011	R\$ 15.690.000,00	10,0	6,5	R\$ 15.197.550,00
2012	R\$ 16.590.000,00	5,7	5,8	R\$ 16.604.727,00
2013	R\$ 18.390.000,00	10,8	5,9	R\$ 17.570.469,00
2014	R\$ 21.850.000,00	18,8	6,4	R\$ 19.568.799,00
2015	R\$ 24.470.000,00	12,0	10,7	R\$ 24.181.395,00
2016	R\$ 20.830.000,00	-14,9	6,3	R\$ 26.009.163,00
Total	R\$ 192.550.000,00	-	-	-

NOTAS: *No ano de 2001, o repasse correspondeu à arrecadação entre os meses de agosto e dezembro.
**O cálculo do reajuste foi realizado com base no valor do repasse social do ano anterior.

Com base nos dados da Tabela, houve quedas no recebimento de valores nos anos de 2006 (-4,4%) e 2016 (-14,9%), enquanto nos outros anos o repasse foi superior ao ano antecedente. Considerando uma simulação de reajuste medido pelo IPCA, verificou-se

que nos anos de 2002, 2003, 2004, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, o repasse sempre foi maior do que a inflação. O Gráfico abaixo apresenta um comparativo entre o valor efetivamente repassado e a simulação pelo índice de inflação.

Gráfico 19 - Comparação entre os valores efetivamente repassados ao esporte escolar e a simulação de reajuste pela inflação (IPCA).



Vale destacar que, a partir do Decreto 7.984/2013, definiu-se que os recursos previstos pela Lei Agnelo/Piva, destinados ao COB para o desenvolvimento do esporte escolar, deveriam ser gerenciados em conjunto com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama dos Jogos Escolares, na perspectiva de pódios, mostra que existem diferenças significativas entre os estados e regiões brasileiras, que participam desses eventos. Em uma análise geral, nas modalidades individuais, os estados com maiores destaques são: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Nas modalidades coletivas, existe uma distribuição de pódios mais equilibrada entre os estados. Sobre esses resultados, é preciso avançar na investigação sobre programas, projetos e ações de políticas públicas e privadas na promoção do esporte em cada estado e região, que podem ter impactado nos resultados apresentados.

Além disso, outros fatores que podem estar associados aos resultados encontrados são: as políticas de desenvolvimento do esporte em nível estadual e municipal; as especificidades étnico-culturais, geográficas e sociais; a cultura esportiva da região; os recursos humanos e físicos disponíveis; a presença de centros e clubes sócio-esportivos na região; o índice de desenvolvimento econômico e social dos estados; e o surgimento e o desenvolvimento das modalidades esportivas no Brasil.

Em relação ao financiamento através da Lei Agnelo/Piva, os resultados mostraram um repasse sempre crescente de recursos, com ressalvas para o ano de 2006 e 2016, os quais tiveram déficits quando comparados ao índice de inflação. Esse montante crescente refletiu, entre outros aspectos, no crescimento do evento ao longo do período. No ano de 2005, foram oito modalidades disputadas; em 2012, esse número quase dobrou (15 modalidades); e, atualmente, são 14 modalidades. Desse modo, os Jogos Escolares também mobilizaram um número de participantes cada vez maior. Independentemente disso, ainda é preciso explorar como os recursos foram efetivamente aplicados para o desenvolvimento do esporte escolar.



HISTÓRIA DOS ESPORTES OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS E MEMÓRIA DO ESPORTE



APRESENTAÇÃO

O subprojeto História dos Esportes Olímpicos (e, posteriormente, Paralímpicos) foi um dos poucos que surgiu sob demanda. Explica-se: logo no início das atividades do *Projeto Inteligência Esportiva*, em 2013, o Ministério do Esporte havia alertado que uma situação recorrente era a busca por informações específicas, sempre que uma modalidade ou atleta – geralmente, devido à obtenção de resultados internacionais expressivos – despertava a atenção da imprensa. E o próprio Ministério era o alvo inicial da busca rápida por conteúdo.

Visando minimizar tal lacuna, entre outras iniciativas, o Ministério solicitou que uma das metas do *Projeto Inteligência Esportiva* fosse produzir material informativo (com linguagem acessível, sem viés acadêmico) para que, quando a urgência surgisse, a assessoria de imprensa pudesse indicar prontamente como leitura inicial.

Após a solicitação desta tarefa aos coordenadores do *Projeto Inteligência Esportiva*, foi formada a primeira equipe responsável por redigir tais textos, coordenada pelo professor André Mendes Capraro. Já nas primeiras reuniões, foi pensado em utilizar um material produzido anteriormente. Este, após atualização, ficaria disponível em caráter de pronto atendimento à demanda ministerial. Além de dar celeridade ao processo, o grupo responsável – formado essencialmente por estudantes de diferentes estágios formativos (graduandos, mestrandos e doutorandos) e o referido professor – estava ávido por iniciar a parte mais técnica e densa do subprojeto: por meio dos preceitos teórico-metodológicos da História Oral, entrevistar atletas e técnicos esportivos de alto rendimento (tanto em atuação quanto aposentados), tendo como objetivos duas frentes bem distintas: 1) estabelecer uma memória do esporte nacional, tendo em conta a carência deste tipo de preservação da história; 2) analisar a trajetória de carreiras vitoriosas, pensando em uma tentativa generalizante de produzir um modelo ideal, que pudesse servir de norte a futuros talentos pleiteantes à carreira de atleta profissional. Esta etapa seria denominada Memória do Esporte.

Mas esta proposta de trabalho, conjugando História Oral e esportes olímpicos, foi prorrogada

para uma fase futura. Em acordo comum, tanto os técnicos do Ministério do Esporte quanto os coordenadores do *Projeto Inteligência Esportiva* julgaram necessários textos inéditos para serem utilizados como conteúdo informativo e/ou de divulgação, mesmo que demandasse alguns meses até que estes fossem prontos.

Após o esclarecimento da necessidade de ineditismo, a equipe se reuniu e definiu que a primeira etapa teria como meta a preparação de textos referentes a todos os esportes olímpicos, a saber: atletismo, badminton, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica artística, ginástica de trampolim, ginástica rítmica, golfe, handebol, hipismo, hóquei sobre grama, judô, levantamento de peso, luta olímpica, nado sincronizado, natação, maratonas aquáticas, pentatlo moderno, polo aquático, remo, rúgbi de 7, saltos ornamentais, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela, voleibol e vôlei de praia. Estimava-se que estes textos seriam concluídos na metade de 2015.

O texto piloto, inclusive, foi criticado pelo avaliador do Ministério, servindo o alerta à equipe da necessidade de que o conteúdo fosse mais interativo, apresentável e acessível ao público leigo. Atendida às expectativas, na sequência, a primeira geração da equipe conseguiu alcançar o objetivo proposto, finalizando as 35 modalidades em junho de 2015. Os textos, inicialmente, foram postados na página oficial (www.brasil2016.gov.br) e, logo após, deslocados para o Centro Esportivo Virtual (www.cev.org.br), um dos maiores portais virtuais de conteúdo acadêmico de Educação Física e Ciências do Esporte da América Latina, parceiro do *Projeto Inteligência Esportiva*.

Ocorreu, também, um debate na transição de etapas, em meados de 2015: a dúvida era se a próxima fase consistiria na produção de textos sobre os esportes paralímpicos – portanto, como complemento da anterior – ou se seria possível o início da etapa Memória do Esporte. A opção – sugerida por alguns líderes de outros subprojetos – foi prorrogar o projeto que seria focado na História Oral, para produzir o material

relativo às modalidades paralímpicas, pois também havia uma demanda por tais conteúdos. Além disso, o *Projeto Inteligência Esportiva* acentuaria ainda mais o seu caráter inclusivo e de tratamento em paridade, ao se ter em conta os esportes listados nos dois maiores eventos multiesportivos mundiais: os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, mesmo sabendo que cada um apresenta suas singularidades e até significativos contrastes.

Houve, também, uma mudança na equipe de trabalho, pois os bolsistas de graduação que participaram da primeira etapa ingressaram diretamente no mestrado e o de doutorado havia recebido uma bolsa de estudos que exigia exclusividade. Mesmo com a necessidade de capacitar os novos componentes, o cronograma foi rigorosamente cumprido. Os textos das modalidades paralímpicas começaram a ser produzidos no segundo semestre de 2015 e o prazo final estimado seria em meados de 2016. A segunda etapa foi concluída no mês de junho, logo, às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Foram 23 modalidades paralímpicas: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, canoagem, ciclismo de estrada, ciclismo de pista, esgrima, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, rúgbi em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela e voleibol sentado.

Os meses seguinte aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro foram dedicados à revisão de conteúdos e à preparação para a inserção dos textos definitivos na futura aba do *Projeto Inteligência Esportiva*, no Centro Esportivo Virtual (CEV). Já os últimos meses foram dedicados aos preparativos para o início da etapa Memória do Esporte, outrossim, aquela que se apropriaria da metodologia da História Oral. Como a proposta, basicamente, consistia na realização de entrevistas com roteiros semiestruturados, por precaução, a equipe resolveu submeter um projeto a um comitê de ética em pesquisa, cujo título foi “*Que tempo bom... Naquela época...: perscrutando as memórias e as narrativas do esporte*”, aprovado



pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, sob o número CAAE 51225615.5.0000.5540.

Aprovado o projeto no Comitê de Ética, o primeiro semestre de 2017 foi focado nos preparativos da parte executiva do projeto: montar uma lista com possíveis atletas e/ou técnicos que pudessem ser entrevistados; estabelecer uma rede de contatos, já que muitos são figuras públicas e de difícil acesso (com uma agenda cheia); planejar o cronograma de ação; preparar a logística das entrevistas; listar e adquirir os equipamentos tecnológicos necessários (inclusive, definir se o produto final seria em vídeo ou áudio); estudar a biografia dos possíveis entrevistados; formular os roteiros; gravar a entrevista piloto. Mas o principal, logicamente, foi estudar as técnicas e princípios da História Oral, além do próprio conceito de memória.

A entrevista teste (piloto) foi feita no dia 09 de junho de 2017, com o atleta da seleção brasileira de rúgbi Gustavo Albuquerque, que havia participado dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro no ano anterior. A gravação foi em vídeo, nas próprias dependências do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, na Plenária Departamental, com duração de 2 horas e 3 minutos. A síntese da colaboração gerou um documentário curta-metragem (também um piloto) exibido internamente para os coordenadores do *Projeto Inteligência Esportiva*, com a finalidade de que, a partir das críticas, o processo de preparação, entrevista e edição pudesse ser aprimorado, elevando a qualidade das entrevistas que viriam na sequência.

Porém, nos últimos meses de 2017, foi imperativa uma alteração no cronograma, devido a uma nova demanda. O comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, ao lado do Comitê Olímpico Internacional, aceitaram as candidaturas de cinco modalidades olímpicas – surfe, skate, beisebol/softbol, escalada e caratê – e duas paralímpicas – badminton e taekwondo – para, em caráter inédito, constar no programa oficial. Saindo do rol paralímpico, a vela e o futebol de 7. Como também havia a previsão do

lançamento de um *site* oficial do próprio *Projeto Inteligência Esportiva*, a equipe do subprojeto, após consultar a coordenação, resolveu preparar os textos destas novas modalidades. Os motivos: primeiro, porque o *site* já sairia com o material atualizado e, segundo, porque se perspectivou que, assim como havia ocorrido alguns anos antes dos Jogos do Rio de Janeiro, tal conteúdo poderia ser solicitado pelo próprio Ministério do Esporte, com a proximidade dos Jogos de Tóquio (2020).

Assim, durante o final de 2017 e o início de 2018, o foco foi nestas recentes modalidades olímpicas, visando manter o conteúdo já produzido atualizado para inserção na página oficial do *Projeto Inteligência Esportiva*. O objetivo foi novamente efetivado, com a conclusão no mês de março do presente ano.

No mês subsequente, a equipe focou na preparação do texto com a trajetória do subprojeto e com uma síntese dos resultados, isto é, este material suplementar que está em suas mãos agora e foi entregue a partir do III Seminário Internacional de Políticas Públicas para Esporte, realizado em Curitiba entre os dias 25 e 27 de abril de 2018.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como relatado na Apresentação e esmiuçado no encarte divulgado no II Seminário Internacional de Políticas Públicas, o subprojeto foi dividido em três etapas, com um adendo entre a segunda e a terceira. A primeira, solicitação do Ministério do Esporte, consistiu na preparação do material textual e visual de divulgação sobre todas as modalidades olímpicas que constavam no programa dos Jogos do Rio 2016. A segunda, também sob demanda, consistiu na pesquisa seguida de redação de textos cujos temas eram os esportes paralímpicos. Já o adendo, apresentou as modalidades inseridas nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.

As modalidades olímpicas foram compostas pelos seguintes itens: *História da Modalidade*, *Trajетória Olímpica*, *Fez História*, *Potência*

Olímpica, De Olho Neles, Modalidade no Brasil, Nosso Destaque e, por fim, Para Saber Mais (Indicações Bibliográficas) – expostos nesta mesma ordem.

O destaque foi o quadro de medalhas, no qual se propunha uma nova forma de classificação que não supervalorizava a conquista da medalha de ouro, pois o sistema classificatório aceito pelo COI e difundido pela imprensa em geral, define que uma medalha de ouro vale mais do que qualquer número de pratas ou bronze. Assim, mesmo que informalmente, o subprojeto propôs um procedimento avaliativo que a equipe julgava mais justo e representativo da situação de equilíbrio (ou não) em determinada modalidade.

As paralímpicas contaram com uma estrutura similar. A única diferença é que, em detrimento à parte quantitativa presente nas modalidades olímpicas, foi acrescido um tópico introdutório com as regras básicas, pois, tendo em vista que o público amplo, sem dúvida, tem mais familiaridade, devido à cobertura midiática, com os esportes convencionais em comparação aos adaptados ou exclusivos para deficientes. O conteúdo de cada item listado acima foi detalhado no encarte anterior, então, optou-se em não o fazer aqui novamente.

Já a terceira fase, embora tenha sido provisoriamente interrompida no final de 2017, consistiu na apropriação do método estabelecido pela História Oral, com o propósito de entrevistar atletas e técnicos (em atuação ou já aposentados). Também não caberia aqui um detalhamento dos procedimentos adotados, mas foram tomados como referências elementares alguns autores considerados clássicos do trabalho com a oralidade, como Verena Alberti, Alessandro Portelli, Paul Thompson, José Carlos Sebe Bom Meihy, Daphne Patai, entre outros.

A tipologia eleita foi a da História Oral temática, pois os roteiros focariam essencialmente na carreira esportiva dos (as) entrevistados (as). E suas narrativas seriam compreendidas como estruturas memorialísticas, ou seja, reminiscências do passado que passam por um processo de

reconstrução a partir de: 1) um contexto espaço-temporal no qual o colaborador (entrevistado) está inserido, isto é, as suas recordações estão inevitavelmente impregnadas pelo presente; 2) a própria percepção que este tem do que lhe é perguntado (sempre ocorre uma “leitura” das expectativas dos entrevistadores – que pode ser propositalmente correspondida ou não). Em suma, a concepção de memória foi pautada nas definições de alguns reconhecidos estudiosos do assunto, como Maurice Halbwachs, Marc Bloch, Joel Candau e, sobretudo, Michael Pollak.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Como, de certo modo, os resultados qualitativos (e também as dificuldades e limitações) já foram descritos no início deste texto, aqui será resumido o subprojeto em números. Foram 35 modalidades olímpicas iniciais, mais as cinco inseridas posteriormente, com uma média de 12 páginas. No caso das modalidades paralímpicas, foram 23 textos com uma média de 10 páginas.

Sabe-se que todo o conteúdo foi publicado no formato de hipertexto, mas, caso fosse publicado no formato de livro, ter-se-ia, estimativamente, dois tomos, um com algo em torno de 500 páginas e o segundo com aproximadamente 300 páginas. Somente como comparação, já que várias obras afins foram lidas durante o período no qual se cumpriu as etapas 1 e 2, o material produzido poderia ser considerado, no gênero história dos esportes, o mais volumoso em língua portuguesa. Além da produção textual quantificada acima, a equipe do projeto também redigiu outros conteúdos: o projeto de História Oral, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília e que serviria de base ao subprojeto Memória do Esporte; alguns artigos sobre a história do esporte apresentados em congressos, como o XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física (Campinas); o XVI Congresso de Ciências do Deporto e Educação Física dos Países de Língua



Portuguesa (Porto – Portugal); e o XXI Congresso do *European Committee for the History of Sports* (Strasbourg – França).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O findar de um processo, ao mesmo tempo, gera nostalgia (afinal, este sentimento está diretamente relacionado a um dos conceitos que mais permeou o subprojeto, o de memória), mas também fomenta o orgulho nos componentes da equipe, pois foi um período de vários anos de comunhão. Mesmo aqueles que saíram, porque galgavam novas oportunidades, permaneceram interessados, sempre atentos ao que estava ocorrendo no referido subprojeto.

Logicamente, a demanda por parte do Ministério do Esporte de um conteúdo sem o viés acadêmico, fez com que a equipe caminhasse com as próprias atividades, conseqüentemente, em paralelo aos outros subprojetos. É inegável que também houve a constante expectativa/ansiedade da equipe para produzir conteúdo acadêmico e que acentuasse um pouco mais o contato com os demais subprojetos. Porém, tal vontade teve que ser prorrogada por necessidades mais proeminentes. “Cai o pano” para o primeiro ciclo do *Projeto Inteligência Esportiva*, mas a base teórico-metodológica está pronta e agora já se tem o *know-how*, então não se encerra aqui a ideia da pesquisa focada na História Oral. Alguns ex-integrantes prosseguiram com o uso dos relatos orais como fonte histórica e é possível que outros projetos governamentais (ou não) surjam na sequência. Continuar é o sincero desejo da equipe.



A PRODUÇÃO SOBRE O ESPORTE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

Entre 2013 e 2015, este subprojeto, parte do *Inteligência Esportiva*, intitulava-se “Mapeamento da Produção Científica *Online* em Português sobre o Esporte Olímpico e Paralímpico”. Naquela etapa do trabalho, compilamos e analisamos dados relativos a 2.007 artigos e 4.561 autores. No início de 2016, mudamos o foco da pesquisa e passamos a considerar artigos, teses e dissertações relacionadas às modalidades esportivas, produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Educação Física não só em português, mas em todos os idiomas em que foram publicados. Também passamos a considerar não somente as modalidades olímpicas e paralímpicas, mas todas as que possuem federações internacionais. Considerando o volume das produções que nos propusemos a levantar e a analisar neste novo estágio da pesquisa, passamos a buscar apenas produções mais recentes (a partir de 2010). Optamos por focalizar o levantamento da produção a partir dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, porque, na primeira fase da pesquisa, verificamos que a grande maioria da produção relativa ao esporte no Brasil está concentrada nestes programas (SOUZA; SILVA; SVIESK, 2016).

O objetivo geral do presente projeto é o de mapear a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física – teses, dissertações e artigos *Qualis* (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5) – a partir de 2010, relacionada com as modalidades esportivas regulamentadas por federações internacionais, considerando o esporte em suas diferentes manifestações. Os objetivos específicos são: (1) identificar os principais centros de produção de conhecimentos relativos às modalidades esportivas, de uma forma geral e de cada modalidade em específico; os autores de cada trabalho; os orientadores das teses e dissertações; as principais áreas de conhecimento das produções; as principais abordagens metodológicas das pesquisas; os anos de publicação dos trabalhos; os periódicos que vêm publicando os artigos; e os órgãos de fomento das pesquisas publicadas. (2) Comparar os dados levantados a respeito das diferentes modalidades, temáticas, autores, orientadores (no caso das teses e dissertações), instituições envolvidas, anos de produção, órgãos de fomento, abordagens



metodológicas. (3) Disponibilizar, de forma organizada, as referências e links para os artigos compilados em repositório *online* de acesso gratuito.

Para exemplificar parte do trabalho que temos desenvolvido, apresentaremos alguns dos resultados do levantamento realizado até o ano de 2015. No momento, estamos finalizando a normatização dos dados relativos a 2016.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de cunho quanti-qualitativo e tem tomado como ponto de partida os relatórios dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, enviados à CAPES para fins de avaliação desde 2010. Compilamos os artigos, teses e dissertações através de buscas no *Google*, *Google Acadêmico*, bibliotecas dos programas de pós-graduação e diferentes bases de dados, tais como o *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo*, *Medline*, *Lilacs* e Portal de Periódicos da CAPES.

Além dos nomes oficiais das modalidades com federações internacionais, utilizamos, também, termos como: esporte; esportivo; olímpico; paraolímpico/paralímpico; paradesporto; paradesportivo; competitivo; competição; copa do mundo; jogos olímpicos; jogos paraolímpicos/paralímpicos; prática esportiva; modalidade esportiva; performance; rendimento; atleta; desempenho aeróbio/aeróbico; nome dos praticantes das modalidades (ex. tenista, basquetebolista, futebolista, nadador); nomes antigos e/ou popularmente conhecidos das modalidades; nomes de equipamentos, espaços e animais utilizados para a prática esportiva. Utilizamos expressões como estas, porque elas potencialmente indicam a presença de discussões relacionadas às modalidades esportivas. Para decidir se o trabalho entraria, ou não, no escopo do estudo, lemos os resumos e, quando necessário, o trabalho na íntegra.

Principais critérios de inclusão:

- Teses, dissertações e artigos *Qualis* A1,

A2, B1, B2, B3, B4 ou B5⁴, que contenham termos como os citados acima em seu título, resumo ou assunto e que tratem de tópicos pertinentes ao esporte e/ou modalidades esportivas com federações internacionais.

- Trabalhos que apresentam termos tais como os mencionados anteriormente e que, embora não discutam modalidades em específico, tratam de temas que se aplicam às mesmas e/ou aos seus praticantes (ex.: testes de lactato em atletas do futebol).
- Trabalhos que tratam de modalidades que, embora não possuam federações internacionais, são adaptações de modalidades federadas (ex.: corrida de rua, handebol adaptado, corrida de 1.600m).
- Trabalhos que discutem espaços, equipamentos e animais utilizados nas modalidades esportivas, dentro dos critérios estabelecidos acima (ex.: bicicletas, pistas de corrida, raquetes, cavalos utilizados no hipismo).
- Trabalhos que envolvem animais e que explicitam implicações diretas para a prática de modalidades esportivas por parte de humanos.
- Trabalhos que discutem atividade física e que fazem uma conexão com as suas implicações para o esporte/modalidades esportivas.

Principais critérios de exclusão:

- Trabalhos que discutem a dança (embora ela seja uma modalidade federada à nível internacional, ela possui uma amplitude de desdobramentos que extrapolam os limites possíveis para esta pesquisa).
- Artigos que tratam de testes de força ou outros testes que envolvem modalidades/equipamentos esportivos (ex. corrida, natação, ciclismo, bicicleta ergométrica), sem menção à aplicação prática dos conhecimentos no campo do esporte e/ou a seus praticantes.

Os dados a respeito de cada uma das teses, dissertações e artigos estão sendo levantados e tabulados a partir de uma leitura detalhada

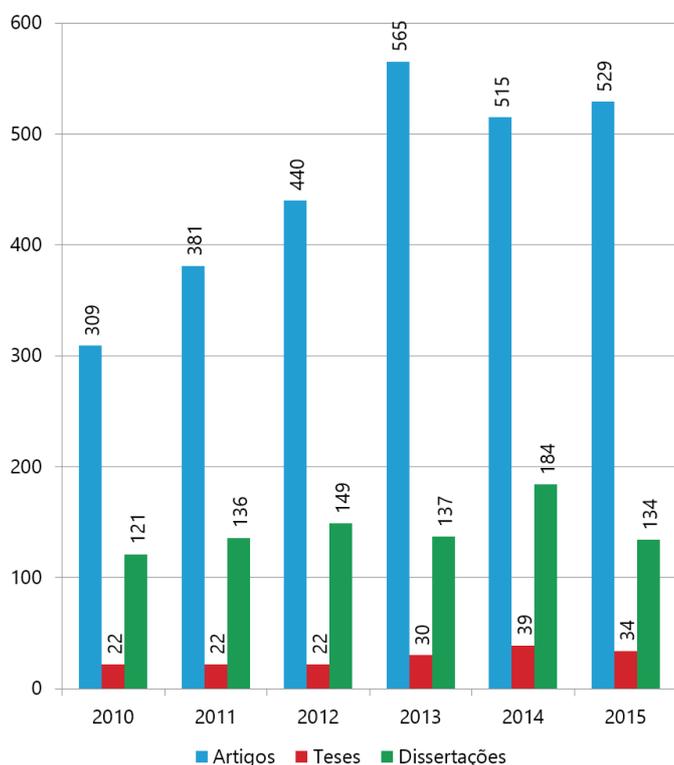
⁴ Utilizamos a classificação *Qualis* que aparece nos relatórios dos programas, conforme o ano de avaliação. Esta classificação vem mudando ao longo dos anos.

Tabela 11 - Programas que mais produziram artigos relacionados ao handebol no período 2010 -2015.

Programas	Artigos	Teses	Dissertações
Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UNICAP	12	3	5
Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (UEM/UEL)	6	-	3
Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC	5	-	-
Programa de Pós-Graduação em Educação Física e Esporte da USP	4	2	1

Outro tipo de verificação possível, refere-se à evolução temporal das produções (vide exemplo no gráfico 20). Seria também possível produzir o mesmo tipo de análise para cada modalidade em específico.

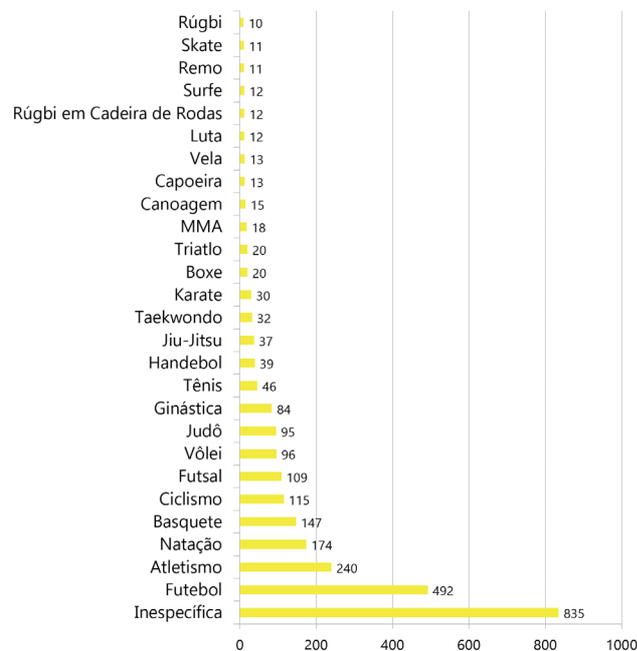
Gráfico 20 - Evolução da produção dos programas relativa às modalidades esportivas no período 2010-2015.



Ainda outro tipo de levantamento que pode ser feito a partir da base que criamos é a

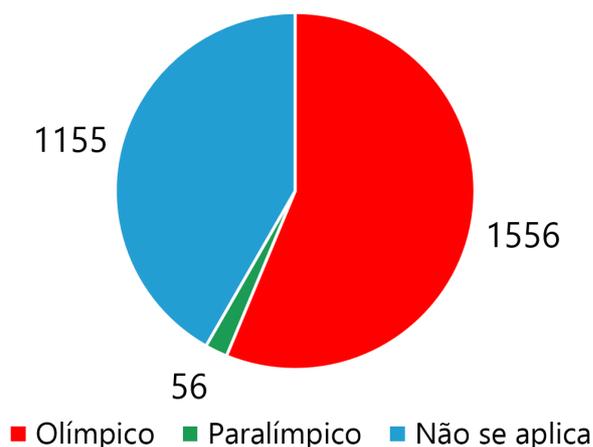
verificação do número total de artigos, teses e dissertações para cada modalidade (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Modalidades que tiveram 10 ou mais artigos no período 2010-2015⁵.



A base de dados desenvolvida permite, também, uma comparação entre a produção relativa às modalidades olímpicas em relação às paraolímpicas, e das modalidades de verão em relação às de inverno, bem como em relação a outras modalidades que não se encaixam em uma categoria ou outra. Exemplificamos estes tipos de análise nos Gráficos 22 e 23⁶.

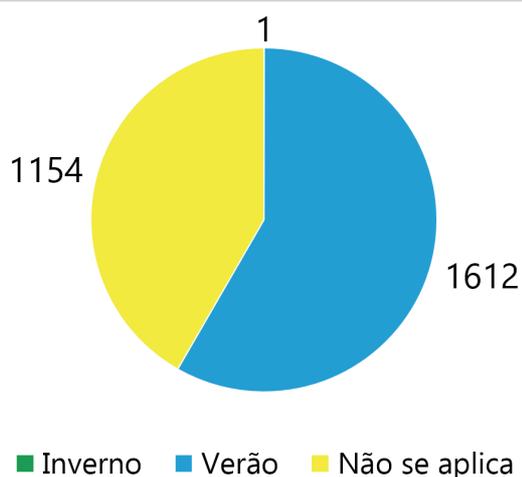
Gráfico 22 - Publicações relacionadas ao esporte Olímpico e Paralímpico no período 2010 - 2015



⁵ A classificação "inespecífica" neste Gráfico refere-se aos artigos que tratam do esporte de uma forma geral, sem um enfoque em uma modalidade ou outra

⁶ Para esta análise consideramos como modalidades Olímpicas e Paralímpicas de inverno e de verão apenas as que fizeram parte do Jogos de Sochi 2014 e Rio 2016.

Gráfico 23 - Publicações relacionadas a modalidades de verão e inverno no período 2010 – 2015.



Outra possibilidade de análise é a verificação dos principais periódicos, que vêm publicando sobre o esporte em geral (vide exemplo na Tabela 12) e sobre cada modalidade em particular.

Tabela 12 - Periódicos que mais publicaram sobre modalidades esportivas no período 2010-2015.

Periódico	Total	%
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	135	4,93%
Motriz: Revista de Educação Física	128	4,67%
Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano	107	3,91%
Revista Brasileira de Medicina do Esporte	105	3,83%
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	104	3,80%

Ainda outro tipo de apreciação que pode ser feita, refere-se às agências e/ou programas de fomento que têm financiado as pesquisas sobre o esporte em geral (vide exemplo na Tabela 13) e sobre as modalidades em específico.

Tabela 13 - Agências e programas de fomento financiaram pesquisas publicadas em forma de artigos no período 2010-2015.

Agência/Programa de Fomento	Total	%
Não Informado ⁷	2292	77,2%
CAPES	334	11,3%
CNPq	194	6,5%
FAPESP	54	1,8%
FINEP	17	0,6%

⁷ A maioria dos autores não declararam este tipo de informação nas publicações analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas acima são apenas exemplos de possíveis incursões nas informações organizadas em nossa base de dados. Além de podermos realizar análises individuais e cruzadas, sobre a produção relativa às modalidades esportivas, de uma forma geral e de cada uma em específico, podemos fazer comparações relativas a diferentes variáveis, tais como: a produção dos diferentes programas, modalidades esportivas, anos de publicação, órgãos de fomento e periódicos onde os artigos foram publicados. Como também recolhemos informações sobre os autores dos trabalhos e orientadores de teses e dissertações, podemos, do mesmo modo, verificar quais os principais pesquisadores e orientadores de trabalhos relacionados com as modalidades esportivas em geral e em relação à cada modalidade em particular. Além disso, considerando que compilamos informações que nos permitem verificar as principais temáticas e áreas de conhecimento das teses e dissertações, bem como as principais áreas de conhecimento dos artigos, podemos realizar diferentes tipos de análises a partir destes elementos – como por exemplo, as temáticas e as áreas de conhecimento que têm sido priorizadas pelos programas em geral e em específico. Este mesmo tipo de apreciação pode igualmente ser feito em relação à produção, dedicada à cada modalidade em particular.

Por fim, faz-se importante reconhecer algumas das dificuldades e limitações de nosso trabalho: (1) alguns programas lançam informações incompletas e/ou erradas sobre as produções de seus docentes e discentes, nos formulários enviados à CAPES. Quando detectamos problemas, buscamos corrigi-los. Em alguns casos, no entanto, isto não foi possível, especialmente nos casos em que não localizamos os dados necessários no Currículo *Lattes* dos pesquisadores ou em outras fontes de informação online. (2) Algumas publicações não se encontram disponíveis na íntegra na internet nem via solicitação direta ao autor e/ou programas. Nestes casos, tabulamos apenas as informações a que tivemos acesso. Em casos onde não achamos o trabalho nem a referência do trabalho (na *internet* ou no Currículo *Lattes*) do autor, desconsideramos

a publicação. (3) Consideramos modalidades que, na época do levantamento, possuíam federação internacional. Durante este período, algumas federações podem ter sido extintas e outras podem ter sido criadas, o que pode ter afetado o número total de artigos computados. (4) Alguns autores/ autoras assinam os seus trabalhos com grafias e/ou sobrenomes diferentes (ex. ora como o sobrenome completo ora omitindo ou abreviando partes do sobrenome; ora com o sobrenome de casada ora de solteira). Buscamos os nomes completos de todos os autores na *internet* e Currículo *Lattes* dos mesmos, mas nem sempre obtivemos sucesso. Esta limitação pode afetar a quantificação da produção dos mesmos. (5) Alguns docentes fazem parte de diferentes programas e nem sempre declaram tudo o que produziram nos relatórios vinculados à área da Educação Física. Isto, por consequência, pode afetar o número de artigos computados para fins desta pesquisa.

Os resultados desta pesquisa podem servir como subsídios para o fomento e desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e mais necessitadas do esporte. Além disso, a disponibilização *online* de forma organizada das referências e *links* dos artigos compilados poderá auxiliar na atuação de profissionais ligados ao esporte (técnicos, preparadores físicos, gestores, psicólogos, nutricionistas, políticos, professores de Educação Física, atletas, pesquisadores, etc.). De um modo geral, a pesquisa como um todo pode dar suporte ao desenvolvimento do esporte no país.

REFERÊNCIAS

SOUZA, D. L.; SILVA, M. M. SVIESK, T. M. O perfil da produção científica online em português relacionada às modalidades olímpicas e paralímpicas. **Movimento**, v. 22, n.4, 1105 – 1120, p. 2016.

TULDER *et al.* Updated method guidelines for systematic reviews in The Cochrane Collaboration Back Review Group. **Spine**, v. 28; n. 12, p. 1290–1299, 2003.



GESTÃO E GOVERNANÇA NAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPORTE

APRESENTAÇÃO

Em todo o mundo, o desenvolvimento do esporte de alto rendimento está cada vez mais ligado às políticas públicas governamentais. Como resultado, em muitos países, uma quantidade considerável de dinheiro público tem sido investida na promoção dessas políticas e no desenvolvimento de organizações, atletas e agentes envolvidos com o esporte (BROUWERS *et al.*, 2015; GREEN; HOULIHAN, 2006). Da mesma forma, a avaliação das políticas esportivas tem recebido uma atenção crescente na literatura. Este cenário serve como pano de fundo para análises mais aprofundadas do uso efetivo dos recursos públicos e do desempenho das políticas esportivas brasileiras; bem como da capacidade de usar recursos organizacionais, para implementar uma estratégia que possa potencializar o desenvolvimento esportivo de elite no país. Nesse sentido, estudos sobre as entidades de administração do esporte, nomeadamente as confederações nacionais estão sendo conduzidos pelo *Projeto Inteligência Esportiva*, com o objetivo de estabelecer um panorama da gestão e da governança destas entidades.

A) INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO: APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS CONFEDERAÇÕES

Embora os estudos identifiquem o aumento do investimento público e o desenvolvimento de políticas esportivas para o alto rendimento, alguns desafios científicos precisam ser esclarecidos (TRUYENS *et al.*, 2016). Por exemplo, De Bosscher, *et al.* (2010), enfatizou a necessidade de padronização nos métodos de pesquisa, utilizados para fazer comparações entre organizações esportivas. Além disso, Brouwers *et al.* (2015) consideram que é necessário entender condições específicas, como o contexto sociocultural, ao tentar transferir as melhores práticas em diferentes sistemas esportivos. Nesse sentido, o desenvolvimento de estudos que forneçam características e configurações das políticas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento pode resultar em uma melhor compreensão dos componentes do sistema esportivo de uma nação e do papel das organizações esportivas nacionais e outros atores neste sistema. Em 2016, por exemplo, o Brasil



acolheu dois dos mais importantes megaeventos internacionais: os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Estes eventos tiveram repercussões profundas em termos de investimento nas Confederações Esportivas Nacionais, atletas, treinadores e instalações esportivas, e influenciou diretamente o estabelecimento das políticas esportivas nacionais (ALMEIDA *et al.*, 2016).

Pesquisadores como De Bosscher *et al.* (2009), Digel *et al.* (2006), Green e Oakley (2001), Truyens *et al.* (2016) desenvolveram um conjunto de estruturas relacionadas às características da política esportiva e ao desenvolvimento esportivo. Esses estudos utilizam vários indicadores relacionados ao financiamento; ao planejamento de políticas para o esporte; à detecção de talentos e ao desenvolvimento de jovens atletas; à formação dos treinadores; à configuração e manutenção das instalações de treinamento e de competição; aos programas de competição; à gestão e à governança das organizações; e ao apoio profissional aos atletas de alto rendimento. As interações desses indicadores já forneceram informações valiosas sobre o esporte em diversos países, auxiliando na identificação de fatores que levaram ao sucesso esportivo internacional (DE BOSSCHER *et al.*, 2009; TRUYENS *et al.*, 2016).

Estudos recentes têm utilizado a análise de recursos internos das organizações esportivas, para tentar identificar como estes são geridos em prol do desenvolvimento do esporte (ANDERSON; BIRRER, 2011; PRIEM; BUTLER, 2001; SMART; WOLFE, 2000; SPANOS; LIOUKAS, 2001). Esses recursos e capacidades internas podem ser definidos como todos os ativos, processos, atributos, informações e conhecimento, controlados por uma organização que lhe permitam implementar estratégias que melhorem seu gerenciamento e, conseqüentemente, seus resultados (BAR-ELI *et al.*, 2008; PRIEM; BUTLER, 2001). Em linha com esta ideia, essa teoria busca explicar como as organizações podem desenvolver uma vantagem competitiva, na medida em que identifica os recursos e converte-os em uma posição competitiva (BARNEY, 2001; FAHY, 2000).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na análise de organizações nacionais do esporte, Truyens *et al.* (2014) propuseram uma lista geral de recursos, com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão do desenvolvimento de políticas esportivas no alto rendimento (TRUYENS *et al.*, 2014; TRUYENS *et al.*, 2016). Os autores conceituaram a estrutura de Recursos Organizacionais e Capacidades de Primeira Ordem (ORFOC), com o objetivo de entender a capacidade organizacional de países no atletismo. O modelo conceitual proposto pelos autores foi o resultado de uma revisão sistemática da literatura e entrevistas com 34 treinadores internacionais e diretores ligados ao atletismo no alto rendimento. Ao final, 98 recursos organizacionais e capacidades de primeira ordem divididas em 10 dimensões (ou seja, suporte financeiro; governança e gestão das entidades; participação dos jovens no esporte; identificação e desenvolvimento de talentos; apoio à carreira de atleta; instalações de treinamento e de competição; formação e apoio aos treinadores; fomento à participação em competição internacional; pesquisa científica e cultura organizacional) foram propostos. Com base nesta investigação, propusemos a adaptação do instrumento desenvolvido por Truyens *et al.* (2014) para o contexto brasileiro, com o objetivo de avaliar os indicadores de desenvolvimento das entidades de administração do desporto, nomeadamente as Confederações Esportivas. Esta adaptação foi realizada através de um procedimento em vários estágios. Primeiro, uma adaptação linguística do instrumento foi realizada.

Em segundo lugar, a escala foi refinada e a validade do conteúdo foi avaliada através de uma abordagem quantitativa e de revisão por especialistas, para testar sua adequação ao contexto brasileiro. Para este fim, a validação do conteúdo dos itens do instrumento foi conduzida através do método de Lawshe (1975). Na etapa final, o modelo proposto foi avaliado, usando os indicadores e os procedimentos de pontuação de dados propostos por Truyens *et al.* (2016). Após o processo de tradução e validade do conteúdo,

um total de 11 dimensões compuseram o instrumento final (ou seja, suporte financeiro para organizações, apoio financeiro para os atletas, gestão e governança das organizações, participação de jovens no esporte, identificação e desenvolvimento de talentos, suporte a carreira do atleta, instalações de treinamento e de competições, formação, detecção e desenvolvimento de treinadores, fomento a participação em competição internacional, pesquisa científica e cultura organizacional, e ambiente do esporte). No total, 50 recursos de primeira ordem e 231 perguntas fechadas e abertas foram consideradas para avaliar os recursos.

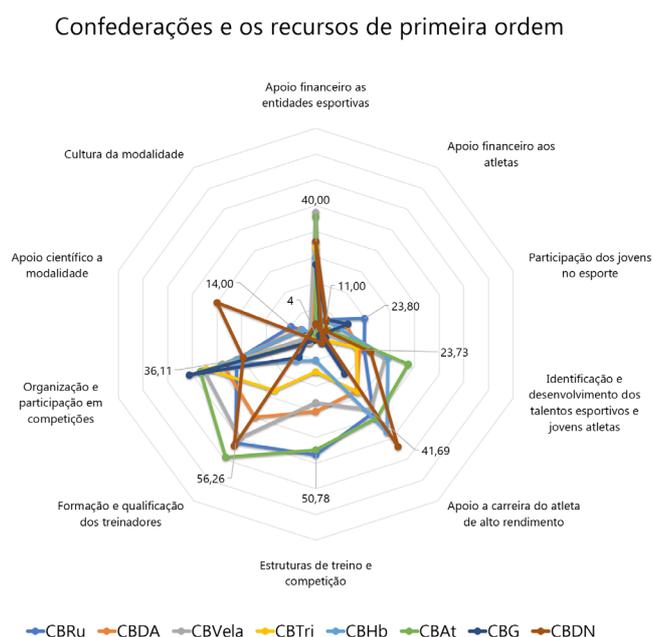
Classificações específicas foram atribuídas a dimensões e recursos, organizacionais para melhorar a consistência interna das variáveis. As perguntas dicotômicas (DU) foram complementadas por uma combinação de outros itens de respostas subjetivas (CDU), para coletar detalhes adicionais dos recursos. Cada recurso de primeira ordem foi classificado de 0 a 1. Esta etapa permitiu o cálculo das pontuações de índice ponderado (WISs) para cada dimensão (QN) utilizada neste estudo. Para calcular os WISs para essas dimensões, os indicadores e os recursos foram classificados de acordo com seu valor relativo (R), usando uma escala de 1 a 3 (1 = nível básico de valor organizacional; 2 = nível moderado de valor organizacional; 3 = alto nível de valor organizacional; TRUYENS *et al.*, 2014). O WIS final para cada recurso deriva da equação $(DU * XR) + (CDU * XR) + (QN * XR)$ em um total de Y (a soma das pontuações máximas).

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de setembro de 2017 e março de 2018, nas Confederações Brasileiras de Atletismo (CBAt), Desportos Aquáticos (CBDA), Desportos na Neve (CBDN), Golfe (CBG), Handebol (CBHb), Rúgbi (CBRu) e Vela (CBVela). Os pesquisadores foram recebidos nas confederações e os responsáveis pelos setores técnicos e administrativos responderam às questões. Dados adicionais foram solicitados para justificar as respostas dos inquiridos.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS (EM DESENVOLVIMENTO)

Os resultados de 10 das 11 dimensões estudadas são ilustrados no Gráfico 24. Questões como o apoio científico ao esporte, a falta de interação entre Universidades e estas entidades, tendem a prejudicar o desenvolvimento da própria modalidade esportiva (DE BOSSCHER *et al.*, 2009; TRUYENS *et al.*, 2014). Complementarmente, os resultados desta investigação apontam para a necessidade de uma melhor utilização dos recursos internos, para potencializar a relação entidade-atleta, principalmente nas dimensões do apoio financeiro aos atletas de alto rendimento, da participação dos jovens no esporte e da identificação de talentos esportivos. No geral, e considerando as especificidades de cada entidade e esporte, os resultados vão em linha com outras investigações que pretendem analisar o desenvolvimento esportivo, por meio das confederações e entidades que o gerem (DE BOSSCHER *et al.*, 2009; TRUYENS *et al.*, 2014; TRUYENS *et al.*, 2016). Este estudo aponta para uma necessidade cada vez maior de pensar estratégias de melhor utilização dos seus recursos para potencializar o esporte.

Gráfico 24 - Confederações e recursos de primeira ordem usados para desenvolver o esporte.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este estudo, neste momento, não tenha o objetivo de comparar os níveis de desenvolvimento das confederações, buscou contribuir para o campo da política e gestão esportiva através da adaptação do quadro conceitual, promovido por Truyens *et al.* (2014). Para tal, examina empiricamente os recursos organizacionais e as capacidades de primeira ordem, a fim de proporcionar uma série de implicações gerenciais para os gestores esportivos, envolvidos em decisões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento do esporte de elite e alto rendimento no Brasil. Ao analisar e identificar características específicas dos recursos internos das confederações, bem como políticas relacionadas ao apoio de atletas, treinadores e da gestão destas entidades, este estudo agrega valor à pesquisa atual. Neste momento, esta investigação está em processo de consolidação com outras confederações, com o objetivo de conduzir um panorama das entidades de administração do esporte no Brasil.

B) NATIONAL SPORT GOVERNANCE OBSERVE – PLAY THE GAME/SOU DO ESPORTE

Nos últimos anos, o ambiente esportivo nacional e internacional passou enfrentar com maior frequência denúncias de casos de corrupção nas organizações responsáveis pela gestão de diversas modalidades e importantes eventos esportivos. Paralelamente a estes casos de má gestão, também passaram a ser cobradas para controlar e combater, de forma mais efetiva, temas como o *doping*, racismo, discriminação e apostas (*match fixing*).

Uma pesquisa lançada em 2017 pela empresa de consultoria *PricewaterhouseCoopers*, realizada com diversos agentes da indústria do esporte, colocou a falta de confiança nas organizações de gestão do esporte como a segunda maior ameaça dentro do ambiente esportivo. Para as pessoas consultadas, a falta de credibilidade das organizações só ficou atrás da mudança nos padrões de consumo nas gerações mais jovens.

A pressão para o desenvolvimento de uma gestão mais moderna, estratégica e ética, por parte das organizações do esporte, não é nova, no entanto, tem aumentado nas últimas décadas. Essas pressões ocorrem tanto no ambiente interno das organizações – por meio do aumento do debate sobre a adoção de melhores práticas de governança por parte de importantes grupos de interesses (ex.: atletas, técnicos, árbitros) – quanto no ambiente externo das entidades esportivas – com a necessidade de um maior controle de órgãos públicos na questão do financiamento, por meio de recursos diretos de fontes estatais (municipais, estaduais e federais) e indiretos, por meio das leis de incentivo ou por parte dos patrocinadores que também buscam garantias e seguranças nos recursos investidos no esporte.

O *National Sport Governance Observer* é um programa coordenado pela instituição dinamarquesa *Play the Game / Danish Institute for Sports Studies*, que tem na sua composição acadêmicos e gestores esportivos dos seguintes países: Bélgica, Chipre, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Noruega, Polônia e România. As entidades abaixo fazem parte do grupo gestor do projeto:

- Danish Institute for Sport Studies / Play the Game.
- German Sports University Cologne.
- KU Leuven.
- Molde University College.
- University Bucharest.
- University of Warsaw.
- Utrecht University.

Além destas, também fazem parte do projeto como membros associados, as seguintes entidades:

- Cyprus Sport Organization.
- Danish Football Association.
- Enlarged Partial Agreement on Sport (EPAS), Council of Europe.
- European Association for Sport Management.
- Flemish Sport Confederation.
- International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE).

- Polish Golf Union.
- Romanian Football Federation.

O principal objetivo do projeto é auxiliar e inspirar as federações nacionais (confederações) a aumentar as boas práticas de governança. Além disso, o NSGO também pretende: a) permitir que líderes esportivos e grupos interessados nas organizações do esporte possam medir e discutir os resultados obtidos na aplicação do instrumento proposto pelo NSGO; b) estabelecer uma rede de relacionamento entre acadêmicos, práticos e outros grupos de interesses, com objetivos de promover seminários e treinamentos em nível nacional; c) permitir que órgãos governamentais obtenham conhecimentos e ferramentas, de forma a garantir um diálogo com o movimento esportivo, com a proposta de inspirar os dirigentes na busca por melhores práticas de governança e, também, criar uma estrutura robusta de informações para alocação de recursos públicos; e por fim, d) produzir e disseminar informações sobre as federações nacionais em diversos países com a possibilidade de comparar os dados obtidos.

Tendo em vista a expertise da entidade brasileira *Sou do Esporte*, no trabalho junto à governança de organizações esportivas, especificamente pela realização do Prêmio Sou do Esporte de Governança no Esporte, os coordenadores do projeto NSGO convidaram a mesma para fazer parte do projeto como parceiros externos. Nesse sentido, o *Projeto Inteligência Esportiva* fechou uma parceria com a *Sou do Esporte*, de forma a contribuir com o desenvolvimento do projeto e também absorver os conhecimentos obtidos nessa pesquisa para os trabalhos relacionados a gestão das organizações do esporte no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ferramenta desenvolvida para aplicação no estudo NSGO contém 274 indicadores de boas práticas de governança, divididos em 4 dimensões: Transparência; Processos democráticos; Prestação de contas e controle; e Responsabilidade Social. Tendo em vista a necessidade de aplicar o

instrumento em diversos países, com contextos e ambientes esportivos diferentes, cada indicador pode ser respondido com SIM (1) ou NÃO (2).

Para que os países participantes do projeto possam comparar os resultados, é preciso que todos colem dados de federações nacionais das mesmas modalidades esportivas. Dessa forma, o comitê de coordenação do NSGO definiu que as coletas de dados fossem realizadas obrigatoriamente nas seguintes modalidades: futebol (Confederação Brasileira de Futebol - CBF); handebol (Confederação Brasileira de Handebol - CBHd); natação (Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA); tênis (Confederação Brasileira de Tênis - CBT); e atletismo (Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt). Além destas modalidades, também foi recomendado o convite para as seguintes modalidades: ginástica (Confederação Brasileira de Ginástica - CBG); triathlon (Confederação Brasileira de Triathlon - CBTri); e uma federação nacional multiesportiva (National Umbrella Federation). Como no Brasil não existe esse tipo de organização esportiva, optou-se por avaliar a Confederação Brasileira de Vela (CBVela).

O processo de coleta de dados é realizado em 6 fases. A primeira consiste na seleção das entidades e na realização de um contato inicial com os dirigentes, com o objetivo de explicar o projeto e convidá-los para participar da pesquisa. A segunda fase consiste na coleta de dados e preenchimento do instrumento, com base em informações obtidas nos estatutos, *websites* e documentos internos de gestão (ex.: Regimentos Internos). Na terceira fase, os pesquisadores já com as informações obtidas na fase anterior agendavam entrevistas com os dirigentes, de forma a coletar informações que não estavam disponíveis no ambiente externo e, também, para perguntar por evidências de informações que coletaram externamente, mas ainda dependiam de uma confirmação para que pudesse ser validada. Na quarta fase, os dados geraram um *score* preliminar, os pesquisadores deviam inserir comentários na planilha, em caso de alguma incerteza, e contatar a coordenação técnico do NSGO para tirar qualquer dúvida que



ainda houvesse. Na quinta fase, caso houvesse necessidade, os pesquisadores poderiam agendar novas visitas nas entidades para resolver pendências. E, por fim, a sexta fase consistia em finalizar o *score* obtido pela organização.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS (EM DESENVOLVIMENTO)

Todas as federações nacionais obrigatórias e recomendadas foram inicialmente contatas por *e-mail*, com explicações a respeito da pesquisa NSGO e com um convite formal para que participassem de forma voluntária do estudo. As seguintes confederações concordaram em participar do estudo: CBA¹; CBT²; CBDN³; CBHd⁴; CBTri⁵; CBVela⁶. A CBF recebeu os integrantes para uma reunião, para que pudessem entender o escopo da pesquisa e, após esta, não respondeu mais os contatos dos pesquisadores sobre a intenção em participar da pesquisa. Tendo em vista a não publicação em seu *website* de documentos essenciais para a realização do estudo (estatuto e regimentos internos), não foi possível estabelecer o *score* da entidade. No caso da CBG, os pesquisadores tentaram por diversas vezes contato com a entidade, tanto por *e-mail* quanto por telefone, sendo que não houve retorno oficial da entidade, para que se pudesse agendar a entrevista com os dirigentes. Dessa forma, foi realizada somente a análise externa da CBG, sendo que o *score* final foi comprometido pela falta de informações.

Os resultados obtidos demonstram que as federações nacionais brasileiras atendem, em média, a 28% dos indicadores estabelecidos pelo instrumento de medição do projeto NSGO. O melhor *score* obtido por uma confederação foi de 38% e o pior 15%.

A dimensão Prestação de Contas e Controle foi onde as entidades brasileiras tiveram o melhor aproveitamento (37%), seguido de perto pela dimensão Transparência (34%). A justificativa, para que estas duas dimensões tenham valores

maiores do que as outras, está no fato de que a atual legislação brasileira obriga que as entidades esportivas atendam a diversos pontos relacionados com esses temas. Os artigos 18 e 18A da Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998) obrigam as entidades de administração do desporto a cumprirem questões relacionadas ao controle social e transparência, como por exemplo, a necessidade de ser transparente na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores entre outros. Cabe destacar, também, a existência de uma justiça desportiva bem estruturada no país, que permite às confederações atenderem a todos os pontos estabelecidos no instrumento, no que se refere aos direitos e deveres de cada agente no ambiente esportivo.

As dimensões Democracia e Responsabilidade Social foram onde as organizações pesquisadas tiveram os piores aproveitamentos, 27% e 14%, respectivamente. Apesar de os princípios democráticos também estarem estabelecidos nos artigos 18 e 18A da Lei Pelé – por exemplo, na obrigação dos atletas estarem presentes nos colegiados das confederações –, ainda nota-se que os demais agentes esportivos (técnicos, árbitros, voluntários), na sua grande maioria, não possuem participação nos processos políticos decisórios. Um ponto negativo é quase a inexistência na promoção interna de igualdade de gênero nos cargos diretivos.

A dimensão Responsabilidade Social apresentou o pior aproveitamento por parte das organizações pesquisadas. A razão para esse resultado está no fato de essas entidades focarem seus objetivos, quase que exclusivamente, nas questões de formação de atletas e na manutenção de equipes de alto rendimento. Por essa razão, verificou-se que o doping é um tema de grande importância para as confederações, no entanto, quase não existem programas e políticas formalmente estabelecidas para outros tópicos importantes, como sustentabilidade ambiental, combate ao assédio sexual, discriminação, riscos à saúde pela prática do esporte, desenvolvimento de projetos sociais e de projetos de esporte na vertente participação (esporte para todos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Brasil, como convidado externo do projeto *National Sport Governance Observer*, é uma excelente oportunidade para que as confederações esportivas possam refletir sobre o grau de adoção de boas práticas de governança, por meio de um instrumento desenvolvido seguindo metodologia internacionalmente reconhecida. Com os dados obtidos no projeto, será possível classificar e comparar as entidades, tanto a nível nacional quanto internacional.

Após o término da primeira fase do estudo no Brasil, onde os pesquisadores contataram e visitaram as instituições das oito modalidades obrigatórias e apresentaram os resultados no evento *Play the Game Conference, a Sou do Esporte* e o *Projeto Inteligência Esportiva* decidiram avaliar as demais confederações brasileiras, com o objetivo de levantar o maior número de dados sobre as boas práticas de governança. Até o término do Projeto Inteligência Esportiva, todas as confederações de esportes olímpicos serão convidadas a participar do projeto de pesquisa. Os dados obtidos nessa pesquisa servirão para mapear pontos onde ainda é preciso evoluir para que as entidades busquem estabelecer boas práticas de governança.

Para obter maiores informações sobre o Projeto *National Sport Governance Observer*, acesse o site – <<http://www.playthegame.org/theme-pages/the-national-sports-governance-observer/>>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S. *et al.* Do sports mega-events boost public funding in sports programs? The case of Brazil (2004–2015). **International Review for the Sociology of Sport**, 1-21, 2016.

ANDERSON, K. S.; BIRRER, G. E. Creating a sustainable competitive advantage: a resource-based analysis of the Gonzaga University men's basketball program. **Journal of Sport**

Administration and Supervision, 3(1), 10-21, 2011.ae

BAR-ELI, M.; GALILY, Y.; ISRAELI, A. Gaining and sustaining competitive advantage: on the strategic similarities between Maccabi Tel Aviv BC and FC Bayern München. **European Journal for Sport and Society**, 5(1), 73-94, 2008.

BARNEY, J. B. Resource-based theories of competitive advantage: A ten-year retrospective on the resource-based view. **Journal of Management**, 27(6), 643-650, 2001.

BROUWERS J.; SOTIRIADOU, P; DE BOSSCHER, V. Sport-specific policies and factors that influence international success: The case of tennis. **Sport Management Review**, 18(3), 343-358, 2015.

DE BOSSCHER, V et al. Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, 12(3), 113-136, 2009.

DE BOSSCHER, V et al. Developing a method for comparing the elite sport systems and policies of nations: a mixed research methods approach. **Journal of Sport Management**, 24(5), 567-600, 2010.

DIGEL, H.; FAHRNER, M.; BURK, V. **High-Performance Sport: An International Comparison**. Bräuer, 2006.

FAHY, J. The resource-based view of the firm: some stumbling-blocks on the road to understanding sustainable competitive advantage. **Journal of European Industrial Training**, 24(2/3/4), 94-104, 2000.r

GREEN, M.; HOULIHAN, B. Governmentality, modernization, and the "disciplining" of national sporting organizations: Athletics in Australia and the United Kingdom. **Sociology of Sport Journal**, 23(1), 47-71, 2006.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite sport development

systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, 20(4), 247-267, 2001.

LAWSHE, C. H. A quantitative approach to content validity. **Personnel Psychology**, 28(4), 563-575, 1975.

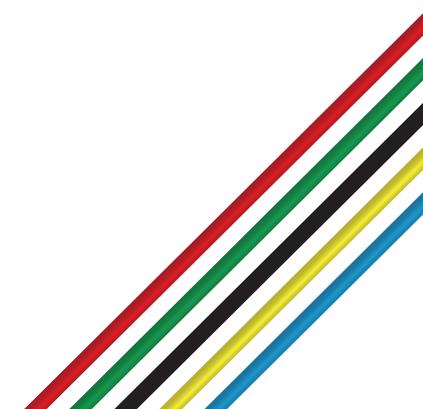
PRIEM, R. L.; BUTLER, J. E. Is the resource-based "view" a useful perspective for strategic management research? **Academy of Management Review**, 26(1), 22-40, 2001.

SMART, D. L.; WOLFE, R. A. Examining sustainable competitive advantage in intercollegiate athletics: A resource-based view. **Journal of Sport Management**, 14(2), 133-153, 2000.

SPANOS, Y. E.; LIOOUKAS, S. An examination into the causal logic of rent generation: contrasting Porter's competitive strategy framework and the resource-based perspective. **Strategic Management Journal**, 22(10), 907-934, 2001.

TRUYENS, J. *et al.* A resource-based perspective on countries' competitive advantage in elite athletics. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 6(3), 459-489, 2014.

TRUYENS, J. *et al.* A method to evaluate countries' organisational capacity: A four country comparison in athletics. **Sport Management Review**, 19(3), 279-292, 2016.



FINANCIAMENTO, LEGISLAÇÃO ESPORTIVA E GEORREFERENCIAMENTO

APRESENTAÇÃO

Com objetivo de consolidar a busca de dados para alimentação do sistema do *Projeto Inteligência Esportiva*, bem como para ampliar a pesquisa, foi criada uma coordenação do projeto alocada em Brasília, onde foram determinados grupos de pesquisa para áreas de financiamento esportivo, legislação e banco de dados de instituições.

Cada um desses grupos se tornou responsável pela busca, limpeza e organização de dados específicos. A equipe de financiamento esportivo buscou ampliar os dados cadastrados de investimento federal no esporte, tanto provenientes de parcerias com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, quanto por meio de renúncia fiscal via Lei de Incentivo ao Esporte.

O grupo de pesquisa de legislação buscou criar um banco de dados com as normas nacionais voltadas ao esporte, com objetivo de servir como base para pesquisas e facilitar a busca de tais informações. Por fim, o grupo de banco de dados de instituições buscou informações sobre as entidades envolvidas com o esporte nacional, criando assim um mapa georreferenciado com as informações levantadas, além de buscar dados completos de tais instituições.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS (EM DESENVOLVIMENTO)

FINANCIAMENTO

Com o objetivo de estruturar a dimensão do financiamento do esporte de alto rendimento, foi realizado o levantamento de dados financeiros dos projetos firmados com entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte, entre os anos de 2008 a 2017.

Tal pesquisa tem como finalidade mapear o destino dos recursos aplicados pelo Governo Federal/Ministério do Esporte, com o objetivo de colaborar



com a construção do banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva*.

O levantamento dos dados foi realizado por meio de consulta aos portais públicos de acesso à informação, tais como Portal de Convênios – SICONV; Portal da Transparência; Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; e Tesouro Gerencial. As informações encontradas foram estruturadas em planilhas *Excel* e organizados da seguinte forma:

- Origem dos Recursos.
- Concedente do Recurso.
- Categoria das Instituições.
- Convenente.
- Tipo de Repasse (convênio, termo de execução descentralizada, contrato de repasse, termo de compromisso e termo fomento).
- Número do Repasse.
- CNPJ Convenente.
- Vigência.
- Valor Previsto de Repasse.
- Valor de Repasse Pago.
- Número de Atletas Beneficiados.
- Modalidades esportivas.
- Tipo de Objeto.
- Objeto do projeto.

Após estruturação e análise dos dados, será possível definir variáveis e indicadores que possibilitem a melhoria da política de gestão dos recursos públicos aplicados no Esporte de Alto Rendimento.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Foi realizado o levantamento de informações de projetos aprovados pelo Ministério do Esporte, para captação de recurso da Lei 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte - LIE), que permite que empresas e pessoas físicas invistam um percentual de seu Imposto de Renda em projetos esportivos, sendo o limite de 1% para empresas e 6% para pessoas físicas.

Tal levantamento tem como objetivo mapear os projetos aprovados de 2007 a 2017, utilizando

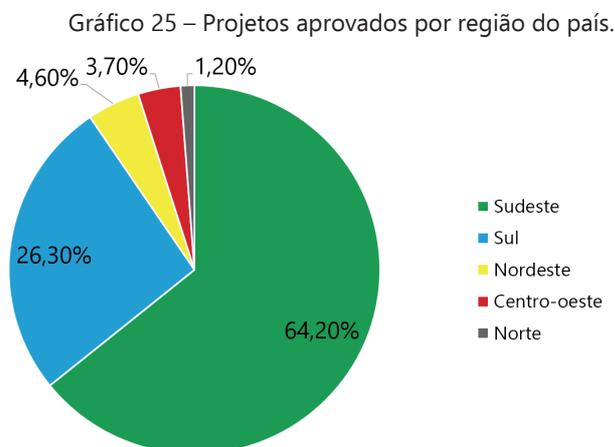
como parâmetros o investimento realizado, as modalidades atendidas, a manifestação esportiva, o local do projeto e o perfil dos atletas atendidos. Este mapeamento tornará possível o melhor entendimento da utilização dos recursos destinados à LIE.

Os dados foram buscados em páginas oficiais da LIE, no *site* do Ministério do Esporte, utilizando o acesso livre “Informações sobre projetos em captação (Projetos Aprovados Aptos à Captação)”, selecionando primeiramente o período de publicação em Diário Oficial da União, considerando de 20/12/2007 até 31/12/2018.

Após obtidos, os dados foram organizados em planilhas *Excel* e cotejados com as outras formas de informações disponíveis no mesmo ambiente para consulta, como o apresentado de “Projetos Aprovados em 2017 Aptos à Captação”. Os dados relativos aos proponentes foram gerados após consulta *online*, utilizando o registro do CNPJ, bem como a razão social da entidade.

Na pesquisa, foi possível encontrar múltiplos dados em diversos sítios de busca disponíveis. Ainda, em vários sítios de empresas de consultoria, foi possível a conferência entre os clientes das mesmas e a relação com a LIE.

Foram levantados dados de 3.110 projetos aprovados para captação, que somados captaram R\$ 2.1 bilhões desde a criação da Lei. Este levantamento inicial apontou que os projetos aprovados estão divididos regionalmente da seguinte forma:



Além disso, foram catalogadas 1.074 entidades proponentes, também levantados dados das entidades, como localidade, CNPJ, contato e valor captado.

Após serem organizados e limpos, tais dados serão inseridos no sistema de banco de dados do *Projeto Inteligência Esportiva* e servirão como base para o desenvolvimento de pesquisas referentes ao uso dos recursos provenientes da LIE.

LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

Considerando o entendimento de que o funcionamento do sistema, que envolve a prática esportiva – seja ela formal ou não –, depende, necessariamente, da existência de normas que regulamentem as situações e as relações que lhe são próprias, fez-se necessário promover o levantamento e a sistematização desses diplomas, com o objetivo de viabilizar a construção de um banco de dados onde todas as normas disponíveis na rede mundial de computadores pudessem ser consultadas de forma eficiente.

Nesse sentido, foram realizadas a pesquisa, a análise e a coleta de atos normativos, que contivessem alguma determinação e/ou informação ligada à prática esportiva, de modo que foram consultados *sites* oficiais de todas as esferas de governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), bem como páginas especializadas no auxílio ou na busca propriamente dita dessas informações.

Feito isso, os dados coletados foram inseridos em planilha do *Excel*, com o objetivo de formar a base de dados e para proporcionar uma visão macro do conteúdo investigado. Esses dados foram organizados em colunas que, por meio da utilização de filtros de pesquisa, permitem a busca por nível do ato, por assunto, por ementa do documento, pelo número do ato, pela data da promulgação, entre outros.

Depois de completada a primeira fase da pesquisa, que consistiu na coleta dos diversos atos normativos do ordenamento esportivo

nacional, foi realizada a eliminação de dados que não interessavam ao projeto – o que se optou por chamar de “limpeza dos dados” – e a padronização dos termos, do formato e da organização das normas. Em seguida, deu-se início ao trabalho dedicado ao levantamento do endereço eletrônico, onde os textos dos atos estão hospedados na web, para possibilitar que o usuário do sistema consulte a íntegra das normas de seu interesse.

Ressalta-se que a opção pela coleta do endereço eletrônico dos atos normativos se deu por considerar-se que o acompanhamento das alterações promovidas nas normas seria mais eficiente, uma vez que, no entendimento do projeto, qualquer modificação no conteúdo dos regulamentos poderia ser identificada ao acessar o “*Hiperlink*” disponível no sistema. Nesta fase da pesquisa, foi necessária a leitura meticulosa dos atos normativos catalogados e, posteriormente, a inserção do “*Hiperlink*” na base de dados. Essa ação, vale dizer, possibilitou a implementação de campo de pesquisa específico, no sistema do *Projeto Inteligência Esportiva*.

É importante salientar que o levantamento promovido pelo projeto possibilita a pesquisa eficiente das normas ligadas ao esporte nacional, podendo oferecer subsídios para produção de conteúdo científico, tornando-se um banco de dados acessível, com as informações jurídicas compiladas em apenas um ambiente e que ofereça ferramentas de buscas aos interessados na pesquisa. Além disso, o banco de dados, alimentado com 2.090 normas, possibilitará o desenvolvimento de estudos voltados a um melhor entendimento da legislação esportiva nacional e sua dinâmica de elaboração, alteração e revogação.

Dito isso, tendo em vista que a regulamentação do esporte está em constante evolução, os próximos passos da pesquisa consistem na atualização dos dados já cadastrados, na pesquisa de atos normativos editados depois de encerrada a primeira etapa de coleta, além do aprimoramento das ferramentas de pesquisa utilizadas no sistema atualmente.

GEORREFERENCIAMENTO

Para melhor visualização e entendimento da rede de instalações que compõem o sistema do esporte nacional, foi realizado um levantamento georreferenciado das instituições esportivas, apontadas pelo cadastro dos atletas no sistema do projeto, além de outras entidades envolvidas no desenvolvimento do esporte brasileiro.

Tais instituições tiveram sua localização geográfica levantada por meio de pesquisa realizada *online*, nos sites das próprias instituições, sendo elas confederações, federações, academias esportivas, clubes, escolas, entre outras, ou mesmo em sites de busca, quando necessária complementação dos dados. As informações encontradas foram cadastradas em planilha de *Excel* e, posteriormente, os dados foram inseridos no sistema do projeto, em campo destinado para tal, com pesquisa realizada em mapa, como demonstrado abaixo:

Figura 10 - Instituições no mapa.

Instituições no Mapa

Nº de instituições que cadastradas no sistema: 4925

Nº de instituições com endereço completo e que estão no mapa abaixo: 1265



Além do endereço, que possibilitou o posicionamento geográfico, também foram pesquisadas informações como CNPJ, Código CNAI, dados complementares do endereço físico da instituição e tipo de instituição. Das 4.925 instituições cadastradas no sistema, 1.265 apresentam cadastro georreferenciado completo, sendo que a pesquisa está em andamento. Tal levantamento, após concluído, servirá como base para futuras pesquisas, aproveitando a fácil visualização das instituições no mapa e os dados complementares buscados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados inicialmente pelos grupos de pesquisa servem como base para futuras análises do esporte nacional, fornecendo melhor embasamento para que tais análises tenham dados fidedignos da realidade do esporte nacional, gerando, assim, um melhor entendimento da distribuição dos recursos e das dinâmicas da legislação nacional.

Vale destacar que os dados levantados se encontram brutos, com pouco desenvolvimento de estudos e análises, o que será o próximo passo para os grupos determinados. Além disso, os dados seguirão em atualização e complementação, acompanhando a evolução da pesquisa.



GESTÃO DA INFORMAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Ampliamos a indexação da produção científica em geral e, especialmente, dos integrantes do *Projeto Inteligência Esportiva*. Trabalhamos no CEV-IE (Centro Esportivo Virtual – *Inteligência Esportiva*), com a premissa de que a fronteira do conhecimento está com as pessoas (vetores de tecnologia) e, nas páginas do “quem-é-quem”, temos acesso a uma breve apresentação escrita pelos autores; com entrada para o currículo Lattes; para uma página eventual que eles possuam; para as obras indexadas; e para o seu “colégio invisível”, composto por parceiros em autoria de livros, artigos, vídeos, bem como na composição de bancas de teses e dissertações.

A produção selecionada pelos subprojetos do *Inteligência Esportiva* recebeu tags especiais para proporcionar a recuperação, como mostra a Figura 11.

É possível, também, verificar informações sobre alguns dos subprojetos do *Inteligência Esportiva*, como é o caso da História dos esportes Olímpicos e Paralímpicos, retratado na figura 12.

Os números do CEV-IE em março de 2018: 45.329 pessoas cadastradas; 156 grupos/comunidades; 57.437 obras; 2.481 eventos; 859 escolas. Já na “Biblioteca” do CEV, são 57.437 obras cadastradas – 27.429 em artigos (em periódicos); 9.990 em artigos (em congressos); 9.002 em teses; 5.373 em livros; 3.501 em periódicos; 1.153 em capítulos de livros; 419 em artigos; 300 em vídeos; 183 em vídeos (em congressos); 113 em leis.



Figura 11 - Tags do Projeto Inteligência Esportiva

comunidades quem é quem biblioteca eventos educação

Tudo sobre Projeto Inteligência Esportiva: Produção do Conhecimento

Projeto Inteligência Esportiva: Produção do Conhecimento na Biblioteca

Título	Autores
A (ciber) Cultura Corporal no Contexto da Rede: Uma Leitura sobre os Jogos Eletrônicos do Século XXI	Gilson Cruz Junior e Erineusa Maria da Silva
A Aerodinâmica da Bola de Futebol	Claudia Enk de Aguiar e Gustavo Motta Rubini
A Aprendizagem Profissional - as Representações de Treinadores Desportivos de Jovens: Quatro Estudos de Caso	Vários Autores
A Associação de Esteróide Anabolizante Ao Treinamento Físico Aeróbio Leva a Alterações Morfológicas Cardíacas e Perda de Função Ventricular em Ratos	Vários Autores
A Associação Entre a Adiposidade Corporal e a Aptidão Musculoesquelética em Meninos é Mediada Pelo Nível Econômico?	Vários Autores
A Autonomia e a Responsabilização dos Praticantes no Treino em Voleibol: Estudo Comparativo de Treinadores em Função do Gênero.	Felismina Rosa Marques Pereira, Isabel Mesquita e Amândio Graça
A Bicicleta, o Ciclismo e as Mulheres na Transição dos Séculos XIX e XX	Victor Andrade de Melo e André Schetino
A Camisa 10 do Futebol Como Um Símbolo na Manutenção da Identidade Nacional - o Discurso da Mídia	Bruno Otávio de Lacerda Abraão, Felipe Di Biasi e Marco

Figura 12 - História dos esportes Olímpicos e Paralímpicos.

centroesportivo virtual
cev.org.br

comunidades quem é quem biblioteca eventos educação

Tudo sobre Projeto Inteligência Esportiva: História dos Esportes

Projeto Inteligência Esportiva: História dos Esportes na Biblioteca

Título	Autores
Atletismo	Projeto Inteligência Esportiva
Atletismo Adaptado	Projeto Inteligência Esportiva
Badminton	Projeto Inteligência Esportiva
Basquete	Projeto Inteligência Esportiva
Basquete	Projeto Inteligência Esportiva
Basquete em Cadeira de Rodas	Projeto Inteligência Esportiva
Bocha Adaptada	Projeto Inteligência Esportiva
Boxe	Projeto Inteligência Esportiva



COLABORADORES

*Alcion Alves Da Silva
Alexandre Taguti Scottini
Alison Ramos Gouvea
Amanda Paola V. De Oliveira
Amilton De Souza Neto
Ana Cabral Bonin Maoski
Ana Claudia Cesario
Andre Felipe Caregnato
André Luciano Pasinato Costa
Andre Luiz Felix Rodacki
André Mendes Capraro
Andressa C. Pontes Da Cunha
Andressa Oliveira Da Cruz
Bianca Gutierrez Gianatti
Camila Cavalheiro Maciel
Camila Gomes Silva
Camile Luciane Da Silva
Carla Cristina Tagliari
Daiane Alves de Sousa
Deborah A. S. Da Silva
Diego Pohlmann Dos Anjos
Doralice Lange De Souza
Eduardo De Oliveira
Eliza Lins Donha
Ester Biss De Alencar
Felipe Correa Fiori
Fernanda Jantsch Reis
Fernando Marinho Mezzadri
Fernando Renato Cavichioli
Francielly A. Do Nascimento
Guilherme Simi Muller
Gustavo Elias Zaniol
Jessica Louise Domingos
Jhonny Ivair De Lima
Joana Caroline Correa Da Silva
João Victor Moretti De Souza
Jonatan Fortunato
Katia Bortolotti
Katuscia Mello Figueroa*



*Kelwin Santos Da Cruz
Laércio Elias Pereira
Lais Braz De Oliveira
Leonardo Rafael O. Dos Santos
Lucas Rocha
Ludmyla Adriana Lira
Luiz Gustavo Nascimento Haas
Lucas Oliveira Chagas
Maria Cristina Sakay
Marcelo Marzola Leite
Marcelo Moraes E Silva
Maria Eduarda C. Carli
Mattheus Rodrigo Marzola Leite
Mayara Torres Ordonhes
Monique Andrade Ramalho
Natasha Santos Lise
Nickolas Menezes Da Silva
Odorico Andrade De Vasconcelos
Palmira Sevegnani
Pamela De Souza Oliviera
Patricia Silva Araujo
Pedro Angelo Alves Junior
Philippe G. Do N. Miranda
Philippe Rocha De Camargo
Rafael De Assis Barbosa
Rafael Estevam Reis
Rafael Gomes Sentone
Roberto Ribeiro Mourão
Rodrigo Waki
Sabrina Coelho Dos Santos
Sabrina Mendes De Souza
Suelen Barboza Eiras De Castro
Susane Aparecida Scharneski
Taiza Daniela S. Kiouranis
Thiago De Oliveira Santos
Vitor da Cruz Melo
Wanderley Marchi Junior
Yasmin Vicente Vieira*

PARA MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE:

www.inteligenciaesportiva.ufpr.br



The screenshot shows the website's header with the logo 'INTELIGÊNCIA ESPORTIVA' and a navigation menu with links for 'EVENTOS', 'SOBRE', 'EQUIPE', 'PRODUÇÃO', and 'RELATÓRIOS'. Below the menu are two main content blocks: 'PRODUÇÃO CIENTÍFICA' (Articles, theses, and dissertations) and 'RELATÓRIOS' (Reports), each with a 'Clique aqui' button. The main content area features a photo of a female athlete and a section titled 'O PROJETO' (The Project) with a 'LER MAIS' button.

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

EVENTOS | SOBRE | EQUIPE | PRODUÇÃO | RELATÓRIOS

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
Artigos, teses e dissertações [Clique aqui](#)

RELATÓRIOS
Acesse aqui os dados do projeto Inteligência Esportiva [Clique aqui](#)

O PROJETO

O projeto de pesquisa "Inteligência Esportiva" (IE) é uma ação conjunta entre o Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) do Ministério do Esporte. Esse projeto surgiu em 2013 com o...

[LER MAIS](#)



INTELIGÊNCIA ESPORTIVA



MINISTÉRIO DO
ESPORTE

